

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ**

Jones Costa D'avila

**ESTUDO DOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IFSC
CAMPUS ARARANGUÁ:
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE NOVAS
TECNOLOGIAS E EMPREGABILIDADE**

Araranguá, Junho de 2013.

Jones Costa D'avila

**ESTUDO DOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IFSC
CAMPUS ARARANGUÁ:
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE NOVAS
TECNOLOGIAS E EMPREGABILIDADE**

Trabalho de Curso submetido à
Universidade Federal de Santa
Catarina, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do Grau de
Bacharel em Tecnologias da
Informação e Comunicação.
Orientador: Prof. Dr. Paulo César Leite
Esteves.

Araranguá, Junho de 2013.

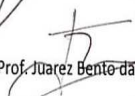
Jones Costa D'avila

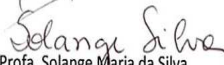
**ESTUDO DOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO IFSC
CAMPUS ARARANGUÁ:
DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO DE NOVAS
TECNOLOGIAS E EMPREGABILIDADE**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado aprovado para a obtenção do Título de Bacharel em Tecnologias da Informação e Comunicação, e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação.

Banca Examinadora:


Prof. Paulo Esteves (orientador)


Prof. Juarez Bento da Silva


Profa. Solange Maria da Silva

Prof. Vilson Gruber (suplente)

Acadêmico: Jones Costa D'avila

Assinatura: 

Araranguá, 16/07/2013.

Este trabalho é dedicado à minha mãe,
minha irmã, meus avós e a minha
querida esposa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a elaboração desse trabalho a meus amados e queridos avós e minha mãe, que sempre estiveram ao meu lado, incentivando e apoiando meus estudos.

À minha irmã incansável e à minha esposa Manuela, que mesmo nas horas difíceis tem me apoiado nos estudos.

Aos professores da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, por terem me repassado novos conhecimentos, abrindo novas oportunidades em minha vida.

E por último queria agradecer ao meu professor e orientador, Paulo César Leite Esteves que mesmo com todas as suas atribuições e compromissos com a universidade, nunca deixou de me orientar e me atender com a devida atenção e respeito, incentivando-me, desde o início e acreditando no meu trabalho.

Lutar sempre, vencer às vezes, desistir nunca.
(Autor desconhecido).

RESUMO

Este trabalho consiste em uma pesquisa, cujo objetivo principal é investigar a atual situação dos egressos dos cursos técnicos do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá em relação à empregabilidade e ao potencial de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias. Assim, a pesquisa parte de uma análise histórico-relacional procurando entender a formação do ensino profissionalizante no Brasil, bem como a situação do egresso na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Para isso, fez-se necessário uma revisão bibliográfica e uma pesquisa na legislação vigente buscando entender as transformações da educação profissional ocorridas no país. Neste contexto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com a utilização de técnicas de coleta de dados como a entrevista e a análise documental. Nesta perspectiva, o estudo tem como principal objetivo identificar o potencial dos egressos em relação à aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias, bem como a empregabilidade proporcionada pela conclusão dos cursos técnicos do Instituto Federal de Santa Catarina Campus Araranguá nas empresas da região. Por fim, para complementar o estudo, foi feita uma pesquisa junto aos egressos sobre a adequação e as exigências dos currículos dos cursos em relação às demandas do mercado de trabalho da região.

Palavras-chave: Cursos técnicos, Egressos, Empregabilidade, Tecnologia.

ABSTRACT

This study consists of a research whose main objective is to investigate the current situation of graduates from technical courses offered by the IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá regarding employability and their potential for development and application of new technologies. So, the search initiates with a relational and historical analysis aiming to understand the formation of professional education in Brazil, as well as the situation of former students of the Federal Network of Professional and Technological Education. For this, it was necessary a literature review and a survey on current legislation seeking to understand the transformation of professional education in the country. In this context, a qualitative research was held, using data collection techniques such as interview and documentary analysis. In this perspective, the study had as main objective to identify graduates potential concerning the application and development of new technologies, as well as employability provided by the completion of technical courses at the Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá. Finally, to complement the study, a survey was conducted with graduates regarding the suitability and requirements of the curricula of IFSC's courses in relation to the demands of the labor market in the region.

Keywords: Technical Courses, Graduates, Employability, technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cenário da Rede Federal de EPT em 1909.....	34
Figura 2 - Mapa da Expansão da Rede Federal até 2010.	41
Figura 3 – Primeira Sede do IFSC.....	44
Figura 4 - Mapa da distribuição dos campi do IFSC em SC.....	46
Figura 5 - Microrregião de Araranguá.....	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Situação dos egressos quanto a trabalhar na área de formação.....	57
Gráfico 2 - Situação dos egressos quanto a trabalhar na área de formação por região	57
Gráfico 3 - Relação do trabalho com a formação técnica	58
Gráfico 4 - Alunos concluintes por curso	60
Gráfico 5 – Ferramentas de Coleta de Dados.....	61
Gráfico 6 - Participação da pesquisa por curso	62
Gráfico 7 - Situação do egresso no mercado de trabalho por curso	64
Gráfico 8 - Situação do egresso no mercado de trabalho geral	64
Gráfico 9 - Situação do egresso no mercado de trabalho por área antes do curso	65
Gráfico 10 - Situação do egresso no mercado de trabalho por área depois do curso	66
Gráfico 11 - Comparação da situação dos alunos antes e depois da conclusão do curso no mercado de trabalho	67
Gráfico 12 - Empregabilidade após a conclusão do curso pergunta direta	68
Gráfico 13 – Possibilidade de crescimento profissional	68
Gráfico 14 - Aplicação de tecnologia	70
Gráfico 15 - Aplicação de tecnologia por curso.....	71
Gráfico 16 - Benefícios da aplicação da tecnologia.....	72
Gráfico 17 - Exigência em relação ao mercado	73
Gráfico 18 - Adequação do currículo em relação ao mercado	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de alunos.....	50
Tabela 2 - Ingressantes X Concluintes.....	60
Tabela 3 - Ferramentas utilizadas para coleta de dados	61
Tabela 4 - Situação dos alunos antes do curso.....	63
Tabela 5 - Situação dos alunos após a conclusão do curso	65
Tabela 6 - Situação dos alunos após conclusão do curso detalhado.....	66
Tabela 7 - Aplicação de tecnologia.....	70
Tabela 8 - Benefícios da aplicação da tecnologia	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMESC	Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense
ARU	Araranguá
CEFET	Centro Federais de Educação Tecnológica
EPT	Ensino Profissional e Tecnológico
ETF	Escola Técnica Federal
JK	Juscelino Kubitschek
IF	Instituto Federal
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
SC	Santa Catarina
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Indústria
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	27
1.2 OBJETIVOS	28
1.2.1 Objetivo Geral	28
1.2.2 Objetivos Específicos.....	28
1.3 JUSTIFICATIVA.....	29
1.4 METODOLOGIA	30
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	32
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	33
2.1 HISTORIA DA REDE FEDERAL DE EPT	33
2.1.1 Alterações na Rede EPT	37
2.1.2 A Expansão da Rede Federal de Educação	39
2.2 INSTITUTOS FEDERAIS	42
2.2.1 O Instituto Federal no estado de Santa Catarina	43
2.2.2 IFSC no contexto do Município de Araranguá	47
2.3 EGRESSOS NO ENSINO PROFISSIONAL.....	51
2.3.1 Conceitualização do Egresso	51
2.3.2 A importância do estudo com os egressos.....	52
2.3.3 A situação dos egressos na Rede Federal de EPT	52
2.3.4 Situação dos Egressos no Brasil	55
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	59
3.1 COLETA DE DADOS	59
3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	62
3.2.1 Empregabilidade	63
3.2.2 Tecnologia	69
3.2.3 Adequação dos cursos em relação ao mercado de trabalho.....	72
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE – Questionário.....	85

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se em uma sociedade que passa por constantes inovações tecnológicas impactando no modo de vida das pessoas e nas relações de produção e trabalho. Essas novas tecnologias impõem cada vez mais aos indivíduos novos conhecimentos, tornando a informação fator essencial para acompanhar o desenvolvimento tecnológico e para garantir a permanência no mercado de trabalho. Segundo Generoso (2012, p. 27), “vive-se em uma sociedade onde a evolução tecnológica, as transformações nas formas de emprego e as mudanças na vida pessoal, social e profissional são constantes”. Neste sentido, a educação é fator crucial para o entendimento e o posicionamento no mundo do trabalho.

Desde a criação da Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), em 1909, houve diversas mudanças nos objetivos educacionais das escolas que compõem a Rede. Inicialmente, com caráter assistencialista, as primeiras escolas profissionalizantes atendiam a parte da população formada pelos desvalidos sociais, buscando inserir no mercado de trabalho a população marginalizada das grandes cidades. Com as transformações ocorridas na sociedade, essas escolas passaram a ampliar suas responsabilidades perante a sociedade formando mão de obra qualificada para o desenvolvimento industrial e tecnológico do país.

Com sua expansão a Rede Federal de EPT vem ofertando novas oportunidades para a sociedade, proporcionando conhecimento técnico e tecnológico, ampliando as formas de acesso ao mercado de trabalho e fomentando a criação e desenvolvimento de novas tecnologias em diversas áreas dos setores econômicos do país. Neste sentido, a criação dos Institutos Federais possibilitou novas oportunidades de ensino e formação a camadas da população que não tinham acesso ao ensino profissional.

Deste modo, essas instituições assumem um papel importante perante a sociedade, levando ensino profissional e tecnológico de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento das economias locais e regionais. Para acompanhar essas transformações e adequar a oferta da educação ao mercado de trabalho e às inovações tecnológicas é necessário o desenvolvimento de mecanismos de avaliação das

estruturas educacionais do Instituto Federal de Santa Catarina Campus Araranguá (IFSC-ARU) para possíveis e necessárias adequações às transformações em curso.

Neste sentido, os egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU constituem importante fator para o trabalho de acompanhamento e avaliação da estrutura educacional, a fim de potencializar e realimentar os métodos para criação e transformação dos cursos.

A pesquisa com os egressos possibilita o levantamento de informações em relação à sua situação no mundo do trabalho, do seu potencial de desenvolvimento e da sua capacidade de aplicação de novas tecnologias na região de Araranguá. Assim, o desenvolvimento da pesquisa encontra justificativa com valor ao contribuir para o processo de planejamento e adequação das políticas educacionais do IFSC-ARU.

Para maior compreensão do trabalho é necessário um entendimento do que é realmente empregabilidade. Assim, a empregabilidade é definida como um conjunto de características do trabalhador, que permita sua inserção e permanência no mundo do trabalho. Estas características se constituem num corolário de conhecimentos, habilidades, competências e esforço individual de readequação às exigências do trabalho. (SETEC, 2009).

A região onde se situa a pesquisa está localizada na microrregião de Araranguá sendo composta por 15 municípios que são: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo. No trabalho também será pesquisado o município de Criciúma pela proximidade e por ter um parque industrial mais complexo em termos econômicos e onde grande parte dos egressos exercem suas atividades profissionais.

Para fins de compreensão do caminho traçado, este estudo encontra-se organizado em cinco partes distintas, introdução, fundamentação teórica, apresentação e análise dos dados, conclusões e recomendações e, por fim, considerações finais. A primeira parte, introdutória, apresenta o caminho percorrido até o objeto de pesquisa; a segunda parte trata da fundamentação teórica para dar embasamento à pesquisa; na terceira parte serão apresentados os dados analisados bem

como a tabulação dos questionários; na quarta parte do trabalho são apresentadas as conclusões que se chegou com a realização da pesquisa e algumas recomendações para futuras alterações nos cursos; a quinta parte fala sobre as considerações finais e por final a lista das referências bibliográficas utilizadas.

Assim, os dados levantados serão de extrema importância já que com eles a instituição poderá avaliar os cursos, projetos e infraestrutura.

A pesquisa busca contribuir para a adequação e melhoria das atividades educacionais do Instituto analisando como vem contribuindo para o crescimento cultural, profissional e financeiro de seus egressos e dessa forma para o cumprimento dos seus objetivos como formadora de recursos humanos de excelência profissional.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com Marconi e Lakatos (2008, pag.107), “a formulação do problema prende-se ao tema proposto esclarecendo a dificuldade que se pretende resolver por intermédio da pesquisa”.

Na ultima década, a Rede Federal de EPT passou por uma grande expansão com a criação de diversas unidades de ensino em todo Brasil promovendo, inclusive, um processo de interiorização do ensino profissional no país.

Desta forma, o estado de Santa Catarina foi contemplado com diversos novos câmpus do Instituto Federal (IF), que passaram a ofertar ensino profissionalizante e tecnológico nas cidades do interior do estado. Em 2008, a cidade de Araranguá, no extremo sul do estado foi contemplada com a criação de uma unidade do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com objetivo de fomentar a economia da região e abrir novas oportunidades para população, oferecendo cursos técnicos, graduação e pós-graduação *latu senso*.

A ideia de realizar esta pesquisa surgiu de uma necessidade do IFSC-ARU de contar com dados científicos para avaliar se os cursos ofertados possibilitaram melhores expectativas para os egressos em relação ao mercado de trabalho e se eles permitem aos egressos o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias na região. Era preciso

também avaliar a adequação dos currículos ao nível de exigência das empresas da região.

Essa pesquisa é um estudo pioneiro para avaliar a contribuição dos alunos egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU a partir da análise sobre o seu papel no desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias.

O trabalho foi realizado com base nos alunos que ingressaram nos cursos técnicos no IFSC-ARU, no segundo semestre de 2010.

Diante do exposto, tem-se a seguinte questão problema:

Qual a contribuição dos egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU em relação ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias nas empresas da região e qual o benefício proporcionado pelos cursos à empregabilidade dos seus egressos?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Pesquisar a contribuição dos egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU para o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias nas empresas da região, bem como qual o benefício proporcionado pelos cursos à empregabilidade dos seus egressos.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Analisar o contexto histórico da Rede Federal de Educação, bem como o desenvolvimento do ensino profissionalizante no país;
2. Analisar a história do IFSC, e sua expansão no território catarinense;
3. Pesquisar, estruturar e analisar as informações relativas aos alunos egressos disponíveis no sistema acadêmico do IFSC;
4. Identificar se os egressos aplicaram novas tecnologias nas empresas onde estão inseridos;
5. Verificar se houve aumento na empregabilidade dos egressos;
6. Verificar se os cursos técnicos, bem como o currículo dos mesmos estão adequados à realidade das empresas da região.

1.3 JUSTIFICATIVA

Diariamente, novas tecnologias são desenvolvidas e inseridas no mundo do trabalho. Assim, o trabalhador de hoje obriga-se constantemente a buscar novas habilidades profissionais através de capacitações. Com o desenvolvimento do setor econômico de Santa Catarina houve um aumento na demanda por profissionais mais qualificados nas diversas áreas da economia em quase todas as regiões do estado.

Neste contexto, o IFSC expandiu-se dando suporte aos alunos que desejam uma capacitação de qualidade nas diversas áreas econômicas, buscando sempre políticas com enfoque na realidade local de cada região.

Os cursos do IFSC-ARU são estruturados de forma modular e vem a cada ano formando alunos em seus variados cursos técnicos. No entanto, não houve até o momento nenhuma pesquisa com os egressos dos cursos em relação ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias bem como para efetivamente saber se os cursos estão proporcionando aumento no seu índice de empregabilidade.

Diante do exposto, justifica-se a realização desta pesquisa para buscar resultados que possam ser utilizados para a avaliação dos cursos bem como ver a real situação dos egressos no mercado de trabalho e ainda o potencial dos mesmos para desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias nas empresas onde exercem atividades profissionais.

Com a pesquisa será possível verificar se os alunos formados pelo IFSC-ARU, obtiveram crescimento profissional, se os mesmos foram efetivamente capacitados para o desenvolvimento de inovações tecnológicas ajudando no desenvolvimento da região, bem como, sua situação atual em relação ao mercado de trabalho.

O trabalho justifica-se também pela possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de uma linha de pesquisa na área de gestão das Instituições de Ensino Técnico e Superior. Além disso, o trabalho pode servir como fonte de pesquisa e consulta para graduandos, profissionais, e outros pesquisadores interessados que necessitem de argumentos para melhor entender a atual situação dos profissionais técnicos formados nos Institutos Federais. O trabalho pode ainda servir como fonte de dados para outras pesquisas mais avançadas sobre os egressos do IFSC-ARU

ou geração de um modelo a ser aplicado na Universidade Federal de Santa Catarina Campus Araranguá (UFSC-ARU).

Assim, espera-se que a pesquisa contribua para a melhoria na formação dos egressos atendendo às suas demandas sociais e profissionais, bem como, contribuir para o desenvolvimento econômico da região fomentando e atendendo à crescente industrialização do vale do Araranguá, possibilitando dados para análise e adequação dos cursos com a realidade da região.

1.4 METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza a metodologia científica para organização e apresentação dos dados da pesquisa. Segundo Severino (2008, p.39), “a metodologia científica é definida como um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Neste sentido, a adoção de um método gera o caminho do conhecimento.

A pesquisa caracteriza-se por ser um procedimento sistematizado que utiliza técnicas de maneira lógica e objetiva, incorrendo em relato e registro meticuloso, detalhando determinada realidade. A finalidade da pesquisa é encontrar soluções para os problemas propostos em relação à aplicação de métodos científicos.

Para o desenvolvimento do trabalho, se fez necessário uma fundamentação teórica relacionada ao tema, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Neste tipo de pesquisa são utilizados registros disponíveis em pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, dissertações, teses etc. (SEVERINO, 2008).

Para obtenção dos dados também foi utilizada a pesquisa de campo. Segundo Gil (2002), a pesquisa de campo ou estudo de campo focaliza uma comunidade não necessariamente geográfica podendo ser uma comunidade do trabalho, de estudo, de lazer etc. Nesse tipo de estudo a pesquisa é realizada por meio de observação ou de entrevistas diretamente com o grupo em questão.

Em relação à natureza da pesquisa do trabalho optou-se pela metodologia de pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa trabalha com dados subjetivos da realidade pesquisada. Segundo Minayo (2002,

pag.21), essa abordagem “trabalha com o universo de significados, valores, crenças e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos aos quais não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Com esta abordagem espera-se a formação de dados concretos para análise e criação de resultados para interpretação de sua essência.

Quanto aos objetivos do trabalho, a pesquisa enquadra-se como exploratória buscando tornar o assunto pesquisado mais claro e familiar. Assim, espera-se a construção de argumentos e hipóteses mais claras e convincentes. De acordo com Severino (2008), este tipo de pesquisa tem como objetivo levantar informações sobre um determinado objeto, especificando um campo de trabalho. Para Gil (2002, p. 41), este tipo de pesquisa tem como finalidade o “aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições com um planejamento flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos ao objeto estudado”.

Ainda para levantamento de dados foram utilizadas como técnicas de pesquisa a entrevista. A entrevista é uma técnica de coleta de dados sobre um determinado assunto através da interação entre o pesquisador e o pesquisado. (SEVERINO, 2008). Como ferramenta para realização da entrevista utilizou-se o questionário, que consiste em um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, destinadas a levantar informações sobre determinado assunto. Através do questionário buscou-se o levantamento de dados para subsidiar a conclusão do trabalho e respostas aos questionamentos que deram origem à realização da pesquisa.

A pesquisa foi realizada junto aos egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU, que ingressaram na instituição no segundo semestre de 2010, e que concluíram o curso até o mês de abril de 2013. O número de egressos totaliza 60 ex-alunos representando a população da pesquisa. Dos 60 egressos apenas 25 responderam aos questionários sendo esse número a amostra da pesquisa, representando 41,66% do total.

De acordo com Marconi e Lakatos (2008, pag. 112), “população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”. Sendo a amostra da pesquisa

uma parcela da população selecionada. Amostra pode ser definida também como um subconjunto do universo da pesquisa.

As entrevistas com os egressos foram realizadas por telefone, e-mails e em alguns casos, diretamente com os alunos. A pesquisa foi realizada no período de 01 de abril de 2013 a 30 de abril de 2013.

Após a coleta, foi desenvolvido um banco de dados onde foram armazenadas as informações que, depois de organizadas, foram inseridas em tabelas para geração de gráficos utilizados para apresentar os resultados. Para isso, utilizou-se o Microsoft Office Excel, programa de planilha eletrônica para criação dos gráficos e tabelas.

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

O trabalho apresenta algumas limitações em relação aos dados extraídos da amostra da pesquisa que podem ser assim resumidos:

- A pesquisa foi realizada somente com alunos que ingressaram na instituição no segundo semestre de 2010;
- Os dados foram coletados através de questionários;
- Os contatos foram realizados por telefone, e-mail e entrevista pessoal;
- Alguns dos pesquisados neste estudo não foram localizados, visto que, não constavam seus dados atualizados no sistema acadêmico do IFSC-ARU.
- A pesquisa foi realizada entre os dias 01 de abril a 30 de abril de 2013.
- Não foram levados em consideração os alunos que concluíram o curso após a realização da pesquisa.

Devido ao pouco tempo para realização da pesquisa o trabalho foi realizado com base nos alunos que ingressaram nos cursos técnicos no IFSC-ARU no segundo semestre de 2010. Com essa amostra espera-se ter uma base para avaliação dos cursos bem como dos egressos da instituição.

Apesar de nem todos os alunos terem respondido o questionário a pesquisa não foi prejudicada, pois se trata de uma pesquisa qualitativa em que o resultado é elaborado com base em assuntos subjetivos ligados

ao substrato da pesquisa permitindo organizá-los e interpretá-los na sua essência independentemente da quantidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 HISTORIA DA REDE FEDERAL DE EPT

A história da Rede Federal de EPT teve início em 1909, quando Nilo Peçanha considerado “criador do ensino profissional no Brasil”, assumiu a presidência da república. Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, cria 19 escolas de Aprendizizes e Artífices destinadas ao ensino profissional inseridas em cada uma das unidades da Federação.

De acordo com Lima (2012, p 64), com o Decreto surgiu uma política nacional de formação profissional considerado o início da Rede Federal de EPT na qual hoje conhecemos, porém com características assistencialistas e da permanência do caráter subalterno da educação profissional.

Essas primeiras escolas eram destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito com objetivo principal de formar mão de obra qualificada para os setores produtivos da agricultura, do comércio e da crescente indústria suprimindo a falta de mão de obra qualificada para atuar nesses setores. Porém, “Na prática, a oferta de vagas era destinada para jovens das classes subalternas, muita mais orientada sobre uma ótica de assistencialismo do que propriamente de relacionar-se com o desenvolvimento dos setores produtivos do país”. (LIMA, 2012, p.65 apud Moura, 2007).

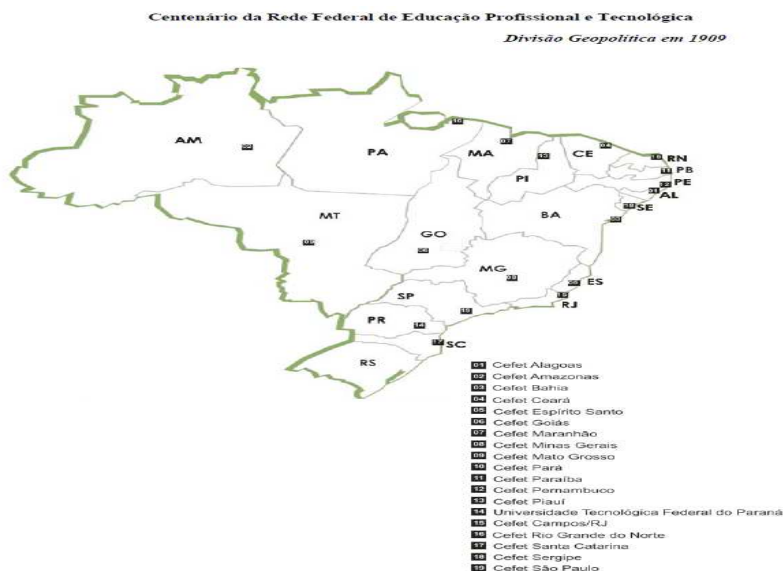
No decreto também é visível a preocupação do Estado com o aumento da população proletária sem condições de sustentar-se gerando assim um crescimento da criminalidade no país.

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência: que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e

intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da Republica formar cidadãos uteis à Nação. (BRASIL, Decreto 7.566, 1909.

A figura 01 representa o cenário da Rede Federal de EPT e sua divisão geopolítica em 1909 quando foram criadas as Escolas de Artífices e Aprendizes.

Figura 1 - Cenário da Rede Federal de EPT em 1909.



Fonte: BRASIL/MEC/SETEC, 2010.

Essas primeiras escolas profissionais eram custeadas pela união com objetivo de formar operadores e contramestres, para suprir a falta de mão de obra especializada que existia, já que grande parte dos escravos e desvalidos era destinado somente ao serviço braçal.

Nessas escolas o sistema de seleção dos alunos era feito com base na avaliação de alguns requisitos sendo destinada, preferencialmente,

aos alunos desfavorecidos com idade mínima de dez anos e máxima de treze anos de idade, que não tivessem nenhuma doença contagiosa e deficiência física.

Assim, com o advento da primeira guerra mundial houve um fortalecimento da indústria nacional. O país já não podia importar todos os produtos que necessitava. Com as dificuldades de importação de produtos manufaturados, o Brasil foi forçado a estimular o setor industrial. Esse cenário levou ao aumento da carência por profissionais qualificados, estimulando a criação de mais escolas profissionalizantes.

Segundo Lima (2012), outro fator importante para o desenvolvimento da educação profissional nesse período foi a grande leva de estrangeiros que chegou ao país. Esses imigrantes tiveram grande influência nos movimentos sindicais, resultando em uma maior pressão sobre o Estado para atender às necessidades da classe trabalhadora.

Em 1929, com a quebra da bolsa de Nova York e com a crise mundial, o Brasil já não podia mais sustentar-se na base da monocultura do café, pondo fim ao domínio das oligarquias cafeeiras. Neste período surgiu um novo personagem, a burguesia industrial, que passou a fomentar o desenvolvimento industrial no país incentivando novas políticas educacionais.

Segundo Lima (2012, p.67) “a década de 1920 caracterizou-se pela emergência de uma maior organização e pressão dos setores médios e operários por participação na vida política do país, o que se refletiu nas mudanças políticas, econômicas e sociais originadas após 1930”. Nesse período surgiu o serviço de remodelagem do ensino profissional técnico com propostas de expansão do ensino profissional e mudanças drásticas no caráter assistencialista do ensino para atendimento a outros setores sociais.

Em decorrência desses fatos o país teve um crescimento econômico significativo, devido ao aumento das exportações para os países aliados. Segundo LIMA (2012, p.68 apud CARONE, 1977), “entre 1930 e 1939, a fabricação de produtos transformados e com maior valor agregado cresceu 159%, a produção mineral, 224% e a produção industrial, 1046% transformado a economia e o sistema de produção do país”.

De 1945 a 1960, houve uma grande expansão do setor produtivo no país, incentivado pela substituição de importações e pela entrada em massa de capital estrangeiro subsidiando a construção de diversas indústrias. O país passa por uma euforia de desenvolvimento e salta o número de vagas nas empresas.

Segundo Rodrigues (2002), em 1959, houve uma reforma no ensino industrial realizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek (JK). JK implantou seu novo programa de metas, apoiado pelo slogan "Cinquenta anos em cinco". O Plano Nacional de Desenvolvimento, conhecido como "Plano de Metas", abrangia vários setores, tais como energia, transporte, alimentação, educação, implantação de indústria automobilística, além de outros incentivos à industrialização.

O Plano estimulou o crescimento e a diversificação da economia já que o país necessitava de mão de obra qualificada para cumprimento das metas de desenvolvimento. Nesse período pela primeira vez a educação recebeu 3,4% do total de investimentos previstos. (BRASIL. MEC/SETEC, 2009).

Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Sua elaboração durou 15 anos tendo início com a Constituição de 1946, sendo muito importante para evolução do ensino profissional no Brasil.

Durante o período da Ditadura Militar, entre 1969 a 1973 o país viveu uma euforia. O crescimento econômico no Brasil alcançou níveis excepcionais com a taxa de crescimento ficando acima dos 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse período, conhecido como “Milagre Econômico”, o setor de produção que vinha passando por modernizações desde o mandato de JK, financiado pelo capital estrangeiro passa a exigir uma mão de obra ainda mais qualificada gerando impactos diretos na estrutura da educação profissional.

Para sustentar o “Milagre Econômico”, os militares buscaram através da profissionalização universal e compulsória no ensino secundário uma tentativa de potencializar o crescimento econômico a partir da generalização de qualificação profissional, porém o que se viu foi à soma dos currículos do ensino médio propedêutico com os currículos de formação profissional sendo essa organização de ensino um enorme fracasso. (LIMA, 2012).

Com essas novas demandas no país houve uma alteração nas premissas das escolas profissionalizantes que passaram a modificar suas finalidades deixando seu caráter assistencialista para formar mão de obra qualificada, atendendo à crescente industrialização no país. Assim começou-se a se pensar na descentralização do ensino no país distribuindo unidades em todas as capitais das unidades da Federação dando início à criação da Rede Federal de EPT.

2.1.1 Alterações na Rede EPT

Em 1937, com o estabelecimento da ditadura, a educação passou a ser vista como obrigação plena do poder público, refletindo em diversas mudanças no sistema de ensino profissional. Nesta perspectiva em 13 de janeiro de 1937 foi assinada a Lei n° 378, que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, bem como, alterava a denominação do Ministério da Educação e Saúde Pública para Ministério da Educação e Saúde.

Com a nova lei alterou-se não só o nome das escolas, mas também seu objetivo educacional. As antigas escolas de Artífices Aprendizes eram destinadas ao ensino profissional primário sendo que os novos Liceus passaram a ser destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus. Nesse período, devido à percepção da importância do ensino profissionalizante no país, pela primeira vez na história a constituição brasileira de 1937 em seu artigo 129 tratou do ensino técnico, profissional e industrial.

Neste contexto, o governo federal buscou parcerias com as indústrias e sindicatos, traçando planos para expansão do ensino profissional. Deste modo, surgiu o sistema de ensino baseado na cooperação entre as empresas, sindicatos e o Estado como o sistema S, o Serviço Nacional de Aprendizagem Indústria (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Deste modo, em 1942 o Decreto n° 4.127 estabelece as bases de organização da Rede Federal de estabelecimentos de ensino industrial, modificando os Liceus Profissionais para Escolas Industriais e Técnicas. Assim, a Rede Federal de EPT passou a ser constituída de: escolas técnicas; escolas industriais; escolas artesanais; e escolas de

aprendizagem mantidas sob a responsabilidade da União e das escolas de aprendizagem dos estabelecimentos industriais federais.

Com a nova denominação surgiram também outras obrigações para essas escolas que passam a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao secundário. Segundo Lima Filho (2013) "a essas instituições foi atribuída a tarefa de preparação profissional de mão de obra necessária ao processo de industrialização do país.". Desse momento em diante, os cursos profissionalizantes de nível secundário dariam direito ao prosseguimento dos estudos no nível superior. (BRASIL, 2008).

Na década de 1970, as Escolas Federais e as Escolas Agrícolas Federais eram consideradas referências na qualidade da educação profissional tendo um crescimento considerável nos números de matrículas dos cursos técnicos. Em 1978, iniciou-se com a Lei nº 6.545 o processo de transformação das escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Nesse primeiro momento, apenas três escolas mudaram sua denominação: a de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro.

Essas escolas obtiveram autonomia didática e de gestão sendo consideradas autarquias de regime especial ganhando novas atribuições para formação de engenheiros de operações não fazendo mais parte de um sistema único, adquirindo uma personalidade jurídica própria com um novo objetivo, formar engenheiros e oferecer educação tecnológica.

Com a lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, houve a transformação gradativa das Escolas Técnicas Federais em CEFETS. Assim cada instituição recebeu um decreto que levava em conta sua infraestrutura, recursos humanos e outros aspectos financeiros de cada centro dando continuidade ao processo iniciado em 1978 com a Lei 6.545.

Porém, com a aprovação da referida lei que transformava as escolas técnicas em CEFETS, surgiu um grande problema, a limitação da expansão da Rede Federal de EPT, vinculando a criação de novas escolas à necessidade de parcerias entre União e Estados, Municípios, Distrito Federal ou setores produtivos, responsabilizando-os pela manutenção e gestão das novas escolas.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, Lei 8.948, 1994). (Grifo nosso).

Para Tavares (2012), as unidades criadas no período de vigência da lei 8.948 não foram contempladas com autonomia financeira, administrativa e pedagógica, sendo assim a lei foi considerada um dos fatores responsáveis pela estagnação da Rede Federal na década de 1990 considerada por muitos como a década perdida.

A lei vigorou até o ano de 2005, quando o governo de Inácio Lula da Silva através da lei 11.195, de 18 de novembro de 2005, alterou a redação do parágrafo 5, dando novas possibilidades para criação das escolas federais. Essa alteração é considerada um fator importante para o retorno da expansão da Rede Federal EPT, abrindo novas portas para a retomada do crescimento do ensino técnico no país e possibilitando a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação em todo território nacional.

Para Lima (2012, p.94), “as diferentes denominações representam a diversidade das políticas de profissionalização adotadas em âmbito federal ao longo da história refletindo na formação profissional às necessidades de cada época”.

2.1.2 A Expansão da Rede Federal de Educação

Segundo Tavares (2012 p.11), “com a aprovação da Lei 11.195/05, que possibilitou a retomada do crescimento da Rede Federal EPT, o governo Lula da Silva lançou um plano de expansão que foi dividido em três fases”.

A primeira fase de expansão chamada de fase I, lançada em 2005, tinha como objetivo a criação de 64 novas unidades de ensino. Esse primeira etapa foi vista com grandes expectativas, pois durante

quase um século foram construídas apenas 140 unidades no país. (BRASIL/MEC, 2010).

Assim o principal objetivo do governo nesse primeiro momento foi:

Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. (MEC/SETEC, 2011).

Nesta perspectiva, Tavares (2012, p.13) afirma que “em termos de concepção pedagógica, pretende-se que a expansão da Rede venha acompanhada do fortalecimento da relação entre Educação Profissional e Educação Básica, numa perspectiva de educação integral”.

Na fase II do plano de expansão, ainda no governo de Inácio Lula da Silva, foi definida a construção de mais 150 novas unidades de ensino, que somadas às 64 já concluídas, atingiriam a meta do governo que era de 214 novas unidades espalhadas em todo território obtendo um crescimento de 150% em apenas oito anos. (BRASIL/MEC/2011).

Como objetivo principal da segunda fase de expansão o governo priorizou como metas a construção de uma escola técnica a cada cidade-pólo do país. Para a definição das cidades-pólo a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) utilizou os seguintes critérios: A definição das cidades-pólo segundo a SETEC: 1. Distribuição territorial equilibrada das novas unidades; 2. Cobertura do maior número possível de mesorregiões; 3. Sintonia com os Arranjos Produtivos Locais; 4. Aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; 5. Identificação de potenciais parcerias. (MEC/SETEC, 2011).

Assim, com o fim da fase II o governo federal esperava contar com 354 unidades de ensino na Rede Federal de EPT. A figura 02 abaixo ilustra a expansão da Rede Federal até 2010.

Figura 2 - Mapa da Expansão da Rede Federal até 2010.



Fonte: BRASIL/MEC/SETEC, 2013.

Com a eleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2011, foi dado prosseguimento ao plano de expansão da Rede Federal com o anúncio da terceira fase. Essa terceira etapa da expansão teve como objetivo a construção de mais 208 unidades até 2014 (BRASIL/MEC/2011).

Para definir os municípios contemplados, entre outros requisitos, o governo federal considerou três critérios, que são: cidade com população acima de 50 mil habitantes, os Arranjos Produtivos Locais e o

percentual elevado de extrema pobreza. Com a implantação das novas unidades, em 2014, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica contará com 562 escolas em 512 municípios.

Assim, com medidas como a alteração da lei 11.195, de 18 de novembro de 2005, realizadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e o forte investimento na educação a União possibilitou a expansão da Rede Federal de EPT, levando ensino profissional e gratuito a diversas regiões do país fornecendo subsídios para o crescimento econômico e social no interior do Brasil.

Nesse contexto, os institutos passaram a ofertar diversas modalidades de ensino, constituindo-se em um novo modelo institucional em termos de proposta político-pedagógico, atuando por todo país, oferecendo cursos técnicos, licenciaturas, especializações, mestrados profissionais e doutorados (PACHECO, 2009).

Deste modo, cobrindo todo o território nacional, a Rede Federal de EPT, presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. (BRASIL/MEC/2009).

2.2 INSTITUTOS FEDERAIS

Com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2002, surgiu à possibilidade de discussão de um novo modelo de educação tecnológica e profissional no Brasil. A aprovação do Decreto nº 5.154/2004, que reorientou os rumos e objetivos da educação profissional possibilitou a oferta de três níveis de educação: a formação inicial e continuada de trabalhadores, a educação profissional técnica de nível médio e a educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação possibilitaram o surgimento dos atuais Institutos Federais (LIMA, 2012).

Neste contexto em 2008 com a aprovação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal EPT, surge um novo modelo de instituição educacional: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Assim, os IFs passaram a receber mais recursos financeiros, ampliam-se o quadro de pessoal, abre-se novas oportunidades de acesso a programas de fomento à pesquisa e constitui-se um novo plano de carreira para os servidores. A instituição adquire autonomia financeira e didático-pedagógica garantindo uma identidade que passa a ter maior visibilidade com a oferta de educação profissional e tecnológica em todas as regiões do país.

Com a transformação, a nova instituição passou a ofertar novas modalidades de ensino especializadas na educação profissional e tecnológica. No segundo artigo da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é apresentada a definição adotada para essas instituições.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta lei. (BRASIL, Lei 11.192, 2008).

Assim os IFs passaram a combinar a oferta de ensino superior, básico e profissionalizante, sendo organizados por estados ou regiões do país e administrando diversas unidades de ensino, muitas vezes, localizadas em diferentes cidades de sua área de abrangência (BRASIL/MEC/2009).

Nesta perspectiva, os trabalhos pedagógicos dos institutos buscam gerar conhecimento e desenvolver pesquisa em benefício das comunidades onde estão inseridos, ficando os gestores dos institutos com autonomia para criar e extinguir cursos, de acordo com a demanda local e o perfil socioeconômico da região.

2.2.1 O Instituto Federal no estado de Santa Catarina

A primeira unidade do Instituto Federal de Santa Catarina foi criada na cidade de Florianópolis em 1910, através da aprovação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha. Nesse período a escola chamava-se Escola de Aprendizizes Artífices de Santa Catarina. Essa primeira unidade foi instalada em um

prédio cedido pelo governo do Estado. A figura 03 mostra a primeira sede do Instituto Federal (IF) no estado de Santa Catarina.

Figura 3 – Primeira Sede do IFSC



Fonte: IFSC (2013).

Nesse primeiro momento a escola ofereceu cursos para atender à crescente falta de mão de obra nos setores de produção de Florianópolis como ferrarias, serralherias, carpintaria entre outras formas de produção da época. Além desses cursos a escola ministrava ensino primário, formação em desenho e oficinas de tipografia, encadernação e pautação (PDI/2010).

Em 1937, com a instituição da ditadura e a crescente preocupação por parte do governo com o ensino industrial, a escola muda de nome passando a denominar-se Liceu Industrial de Florianópolis e cinco anos mais tarde, em 1942, em meio ao surgimento das leis orgânicas do Ensino que regulamenta o ensino industrial, o Liceu Industrial transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis.

Em 1962, a escola transferiu-se para uma nova sede, na Avenida Mauro Ramos, no Centro de Florianópolis. Já em 1965, um ano após o início da Ditadura militar, houve uma nova mudança no nome e no status da instituição passando ser chamada de Escola Industrial Federal de Santa Catarina. Nesse período a educação dos trabalhadores foi vista como fator crucial para o desenvolvimento do país.

Em 1968, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). Nas décadas de 1970 e 1980, a então ETF-SC implantou diversos cursos motivados principalmente pelo “milagre brasileiro”, que fomentou o uso da tecnologia para o desenvolvimento econômico. Em 1988, a escola iniciou sua expansão em São José cidade vizinha de Florianópolis. Foi a primeira unidade de ensino fora da capital catarinense. (IFSC, 2009).

Em 1994, foi implantada a terceira unidade de ensino da instituição, a primeira no interior de Santa Catarina, na cidade de Jaraguá do Sul, na região norte do estado.

Em 1994, a lei federal de nº 8.948, de 08 de dezembro, transformava automaticamente todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica. No caso da ETF-SC, a transformação para Centros Federais de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET-SC) foi oficializada em 27 de março de 2002, quando foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o decreto de criação. Depois da mudança para CEFET-SC, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu*.

Em 2006, como parte do plano de expansão da Rede Federal de EPT, o CEFET-SC implantou três novas unidades de ensino. Uma delas, a unidade Continente, foi instalada na parte continental de Florianópolis. As outras duas unidades foram implantadas no interior de Santa Catarina: em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, e Joinville, no norte. Também em 2006, a instituição passou a oferecer o Curso Técnico em Pesca em Itajaí, no litoral norte catarinense, vinculado à Unidade Continente. A sétima unidade de ensino do CEFET-SC começou as atividades em fevereiro de 2008, em Araranguá, na região sul de Santa Catarina.

Ainda em dezembro de 2008, através de votação a comunidade do CEFET-SC, decidiu-se pela transformação do CEFET-SC em Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Essa transformação possibilitou a ampliação da escola, bem como, comprometeu mais a instituição com a inclusão social e oferta de ensino gratuito de qualidade. (IFSC, 2009).

Em 2008, ao término da primeira fase de expansão o então criado IFSC passou a ter sete campi em funcionamento, distribuídos no estado

catarinense. Em 2009, com a segunda fase de expansão do governo federal o IFSC foi contemplado com mais treze novos campus nas cidades de São Miguel do Oeste, Canoinhas, Criciúma, Gaspar, Lages, Itajaí, Palhoça, Xanxerê, Caçador, Urupema, Geraldo Weninghaus, Garopaba e São Carlos, além de pólos presenciais em Içara e Siderópolis. A seguir, a figura 04 mostra o mapa com a nova estrutura do IFSC após 2011.

Figura 4 - Mapa da distribuição dos campi do IFSC em SC



Fonte: IFSC (2013).

Assim, com a expansão do Instituto Federal de Santa Catarina houve um aumento no número de matrículas e de oferta dos cursos nas diferentes modalidades. Em 2006, o número de matrículas aproximava-se de 4 mil, após a expansão em 2011 o número saltou para 8.821 matrículas tendo um crescimento de mais de 120%, em apenas cinco anos.(INEP/MEC,2011). Com a transformação em Instituto Federal, o papel da instituição ampliou-se, exigindo uma atuação eficaz em resposta às demandas da sociedade.

O IFSC vem buscando a disseminação da educação profissional e tecnológica por todas as regiões do Estado de Santa Catarina. O desempenho desse seu papel social, por meio da inserção do ensino

profissional e tecnológico, público e gratuito, tem se concretizado de modo a auxiliar e promover o desenvolvimento de todas as regiões do Estado.

Para Lima (2012, p.105), “a criação dos Institutos Federais em Santa Catarina ocorreu em um processo de expansão e interiorização da oferta de educação profissional técnica de nível médio, em um contexto de reformulação e de maior investimento nestas políticas públicas”.

O estado de Santa Catarina apresenta seis eixos industriais claramente identificados: agroindustrial, eletrometal-mecânico, mineral, florestal, têxtil, vestuário e tecnológico. No comércio apresenta duas classes: comércio interno e comércio externo e, ainda, o comércio varejista e atacadista. (PDI/2010).

Nesse contexto, o IFSC tem procurado atender às demandas sócio-educacionais disseminando educação profissional e tecnológica pública e gratuita, contribuindo para o desenvolvimento das regiões de Santa Catarina, pela via do fortalecimento dos arranjos produtivos locais e do incremento da capacitação de pessoas.

2.2.2 IFSC no contexto do Município de Araranguá

O Município de Araranguá foi contemplada com uma unidade do IFSC em 2008, fazendo parte do plano de expansão II de estruturação de novos campus da Rede Federal de EPT. A criação do campus segundo os projetos dos cursos técnicos se deve à localização da cidade que é considerada polo da Microrregião do extremo sul Catarinense.

Nos Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos pode ser observado a importância da criação de uma unidade do IFSC em Araranguá.

O Campus de Araranguá, localizado no extremo sul do estado de Santa Catarina, a 220 km de Florianópolis, irá atender à demanda da região da (SDR) secretaria de desenvolvimento regional, que é composta pelos municípios de Araranguá, Passo de Torres, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Timbé do Sul, Turvo, Ermo, Jacinto Machado, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Praia Grande e São João do Sul (IFSC, 2009).

A figura 05 mostra a Microrregião de Araranguá.

Figura 5 - Microrregião de Araranguá



Fonte: Citybrazil (2013).

A cidade de Araranguá, em Santa Catarina, foi a terceira cidades do interior do estado a receber a instalação de uma unidade do IFSC. A cidade conta com uma população de 61.310 habitantes com uma área de 303 km². Araranguá possui 83,1% de seus habitantes residindo em área urbana e 16,8% em área rural. Os setores econômicos da cidade estão distribuídos em: Serviços (63,18%), indústrias (23,86) e Agricultura (12,95%) (IBGE/2010).

A microrregião de Araranguá é uma das microrregiões do estado brasileiro de Santa Catarina pertencente à mesorregião Sul Catarinense. Sua população foi recenseada em 2010 pelo IBGE em 180.877 habitantes e está dividida em quinze municípios. Possui uma área total de 2.962,214 km². (IBGE, 2010). Esse foi um dos fatores que levou a construção do campus na cidade.

A cidade encontra-se em uma posição geográfica privilegiada, estando a 220 quilômetros da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, e a 255 quilômetros da capital do estado de Rio Grande do Sul Porto Alegre. Assim a cidade fica no centro das duas capitais do extremo sul do Brasil. A cidade é dividida pela BR 101, principal eixo de ligação da Região Sudeste com a Região Sul do Brasil, tendo,

portanto, posição estratégica para atender às demandas econômicas do Sul do Brasil e do MERCOSUL.

Segundo Lima (2012), o IFSC no município de Araranguá deu seus primeiros passos em 2005, a partir da aprovação da lei n 11.195/2005, que possibilitou a construção de novas unidades federais no país. Inicialmente, foram ofertados cursos de costura industrial e modelagem industrial, em parceria com a prefeitura Municipal que no início, emprestava um espaço para desenvolvimentos dos cursos.

A consolidação do IFSC-ARU, deu-se em 2008 no terreno cedido pela Prefeitura, localizado no antigo aeroporto da cidade. O propósito foi de trazer para região cursos técnicos, já que não existiam cursos gratuitos dessa modalidade na região, bem como, proporcionar o desenvolvimento industrial e social já que a cidade não possui um parque industrial consolidado.

Atualmente, o IFSC-ARU oferece cursos de formação inicial e continuada (FIC), profissional técnico de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. As modalidades de ensino oferecidas no campus Araranguá para os cursos técnicos são Integrada e Concomitante.

Segundo o Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004, a modalidade de curso integrada e concomitante pode ser definida da seguinte forma:

[...]I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso. (BRASIL, Decreto 5.154, 2004).

Os cursos ofertados no campus Araranguá, até a data da pesquisa, são os seguintes: Curso Técnico em Eletromecânica (TEM), com

duração de dois anos na modalidade concomitante; Curso Técnico em Produção de Moda (TMO), com duração de um ano na modalidade concomitante; e Curso Técnico em Têxtil: Malharia e Confeção (TMC), com duração de dois anos também na modalidade concomitante.

Na modalidade de cursos integrados são ofertados os Cursos de Técnico Integrado em Vestuário (TIVES) e de Técnico Integrado em Eletromecânica (TIEM), ambos com duração de quatro anos. Além dos cursos técnicos o IFSC-ARU oferta um curso de graduação, Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza com Habilitação em Física; um curso de Pós-graduação *latosensu* em Educação do PROEJA e diversos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) como Modelagem, Costura, Informática, Libras, Soldagem, entre outros, conforme demanda da região.

No ano de 2013, o campus IFSC-ARU também iniciou a oferta de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), programa que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O primeiro curso oferecido nessa modalidade foi o curso de Serigrafia.

Conforme dados do Coordenador de Registro Acadêmico do Campus do IFSC-ARU existiam um total de 1.091 alunos na data da pesquisa, distribuídos conforme tabela 01 nas seguintes modalidades:

Tabela 1 - Total de alunos	
Cursos	Quantidade de alunos
Técnicos	581
Fics	377
Licenciatura	133
Total	1091

FONTE: Elaboração própria do autor

Além dos 1.091 alunos distribuídos nos diversos cursos oferecidos o campus possui ainda 152 alunos na situação de trancamento elevando a quantidade total de alunos para 1243. Para o futuro o campus

prevê a criação de mais dois cursos superiores: um na área design de moda e um na área de eletromecânica.

O IFSC-ARU, passa atualmente por uma ampliação de sua estrutura física, com a construção de dois novos blocos para suprir a falta de salas de aulas, pois o espaço físico existente tem uma grande área ocupada pelos laboratórios dos cursos técnicos.

Assim, conforme Lima (2012), a institucionalização do campus IFSC-ARU busca trazer desenvolvimento socioeconômico com forte ênfase na inclusão social e no fomento de um arranjo produtivo local da região de Araranguá. Neste contexto, pode-se dizer que o IFSC-ARU mesmo com todas dificuldades vem proporcionando novas expectativas para a população da região em geral, oferecendo ensino profissional gratuito e de qualidade estimulando o crescimento de toda a região do extremo sul do estado.

2.3 EGRESSOS NO ENSINO PROFISSIONAL

2.3.1 Conceitualização do Egresso

Há muitos significados para o termo egresso no Brasil. Essa palavra pode ser utilizada de diversas formas em função dos diferentes contextos em que é empregada.

Em alguns dicionários a palavra é definida como sendo a pessoa “1. Que saiu, que se afastou, que deixou de fazer parte de uma comunidade. s.m. Pessoa que deixou a clausura; 2. Indivíduo que deixou o convento, ex-frade; 3. Saída; retirada.” (PRIBERAM, 2009). Esse termo é muito utilizado para designar pessoas que deixaram de pertencer a uma comunidade acadêmica ou religiosa. O egresso de uma escola ou de uma universidade e até mesmo do sistema prisional.

De acordo com Lousada e Martins (2005, p. 74) egresso é [...] “aquele que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho”.

Neste trabalho será considerado egresso os indivíduos que concluíram os estudos e que efetivamente integralizaram a carga horária devida dos cursos cumprindo todas as atividades curriculares e extra-

curriculares específicas de cada curso técnico ofertado no âmbito do IFSC-ARU.

2.3.2 A importância do estudo com os egressos

O estudo com os egressos permite realizar uma análise sobre a educação propiciando respostas para questões importantes tais como: mudanças no mundo do trabalho, satisfação no aprendizado, avaliação da instituição em relação à educação e estrutura dos cursos, bem como desenvolvimento profissional e tecnológico do aluno em relação ao conhecimento adquirido no decorrer do curso.

Essas informações possibilitam à Escola oferecer cursos adequados às reais necessidades da sociedade, adaptar os currículos dos cursos, conhecer as profissões que necessitam uma demanda maior e especialmente oferecer uma educação profissional comprometida com a cidadania e qualidade do ensino.

Os ex-alunos são agentes ativos no processo de mudanças de suas escolas, bem como na determinação das necessidades no tocante à educação permanente. Desta forma, os egressos podem contribuir para uma melhor compreensão do Modelo Assistencial e Mercado de Trabalho em que atuam e as reformulações curriculares [...], principalmente de seu aparelho formador (SAKAI, CORSONI JÚNIOR, 2004, p.36).

Desta forma, os dados da pesquisa com o egressos são importantes para subsidiar a formação de respostas para o IFSC-ARU, permitindo analisar e chegar a conclusões sobre a melhoria da qualidade de ensino com ações para fortalecimento da educação profissional na cidade de Araranguá.

2.3.3 A situação dos egressos na Rede Federal de EPT

Hoje em dia, com as modificações nas formas de produção e a diminuição de vagas destinadas ao simples serviço manual, a formação profissional tornou-se essencial para a inserção e permanência no mercado de trabalho. Esse novo modelo de produção baseia-se no uso intensivo de tecnologias, atualizadas constantemente, exigindo do

trabalhador maior intelectualização, conhecimentos técnicos e qualificação profissional.

[...] a formação profissional, designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas ou nas empresas (PEREIRA, RAMOS, 2006, p.14).

Constantemente, as diversas mídias dão notícia da falta de profissionais qualificados nos diversos setores da economia. Essa mão de obra qualificada é necessária para atender ao crescimento industrial e impulsionar o desenvolvimento do país, que vive um momento de estabilidade e destaque mundial.

Segundo Pacheco (2011), a falta de mão de obra qualificada se da por dois motivos que são: primeiro, porque o Brasil cresce de maneira sustentável, segundo porque esta modalidade de ensino foi abandonada pelas administrações públicas anteriores, gerando um déficit enorme de novas vagas em escolas técnicas.

Hoje em dia existe uma forte ligação entre educação e o emprego, indicando que quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo maior suas chances de prosperar no mundo do trabalho. (SETEC, 2010).

Assim, é necessária uma constante capacitação e profissionalização dos trabalhadores para manterem-se sempre com um alto nível de empregabilidade.

Com conhecimento dessa situação o Ministério da Educação vem investindo na expansão da Rede Federal de EPT, que passa por um momento de grande expansão levando o ensino profissional para todas as regiões do Brasil. Assim, em 2010, a Rede Profissional já contava com 366 escolas distribuídas em todo território brasileiro. A previsão é de que até 2014 a Rede Federal de EPT conte com 562 escolas em 512 municípios (BRASIL, 2010).

O ensino profissional no Brasil é orientado segundo Patrão e Feres (2009), pela formação de currículos com foco na formação do

jovem, do trabalhador, na perspectiva de que ele seja capaz de mudar a realidade promovendo as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais.

A cada dia novas tecnologias são criadas, vagas de emprego surgem e extinguem-se com a mesma rapidez com que são constituídas. O mercado de trabalho exige mais profissionais com perfis flexíveis capazes de adaptações e aprendizagem de novas habilidades.

A Portaria nº 646/97 esclarece que as Instituições Federais, especificamente as destinadas à Educação Tecnológica, precisam identificar novos perfis de profissionais e adequar a oferta de cursos às demandas dos setores produtivos. Para isto, precisam criar sistemas de acompanhamento permanente de egressos e estudos de demanda profissional (MICHELAN; HARGER; EHRHARDT, 2013).

Para tanto, é necessário o traçado de estratégias para que as instituições de ensino tenham condições de acompanhar estas transformações, a partir de um processo sistemático de avaliação da formação profissional ofertada, dos seus currículos, do perfil profissional dos egressos e da exigência, cada vez mais crescente, da formação profissional continuada.

Nesse sentido os egressos podem ser considerados um fator essencial para avaliação do processo educacional, bem como dos processos tecnológicos, social e cultural. Portanto, é fundamental que as instituições de ensino estabeleçam um canal de comunicação com os egressos.

A pesquisa de egressos se constitui numa ação importante neste contexto, à medida que possibilita o levantamento de informações em relação à situação dos egressos no mundo do trabalho e o resultado que dela advém é imprescindível para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições (Patrão; Peres, p.10, 2009).

Dentro deste contexto, a presente Pesquisa de Egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU revela-se como uma ferramenta estratégica, que cria condições para avaliar o processo de inserção dos

mesmos no mundo do trabalho, verificando a real situação desse segmento e a potencialidade de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias nas empresas onde estão inseridos. Esses dados irão servir como base para o planejamento e estruturação de novos cursos bem como a atualização e adequação das ementas das disciplinas ministradas nos cursos atuais. Sendo assim, é muito importante que se faça um acompanhamento dos egressos dos cursos profissionais verificando a qualidade do ensino e o desenvolvimento tecnológico nos cursos ofertados no IFSC-ARU.

2.3.4 Situação dos Egressos no Brasil

Antes de iniciar a apresentação dos dados da pesquisa é de extrema importância a apresentação da situação dos egressos na Rede Federal de EPT no Brasil. Para isso, serão utilizados alguns dados de pesquisas realizadas no âmbito Nacional dos Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de EPT.

Assim:

A concepção que pauta os processos educacionais das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e que, por conseguinte, orienta a definição dos seus currículos, tem como foco a formação do jovem, do trabalhador, na perspectiva de este sujeito, enquanto um ser ativo, ético e contextualizado, seja capaz de compreender a realidade e intervir nela na perspectiva de sua superação; sujeito capaz de contribuir para as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível. (SETEC, 2009).

Desta forma, para melhor entendimento sobre o assunto será apresentados dados da pesquisa realizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), entre os anos de 2003 e 2007, com os alunos egressos dos cursos técnicos de nível médio das instituições que compõem a Rede Federal de EPT.

A SETEC como secretaria tem como atribuições gerenciar a política da educação profissional e tecnológica, promover ações de

fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica e zelar pelo cumprimento da legislação educacional no âmbito da educação profissional e tecnológica.

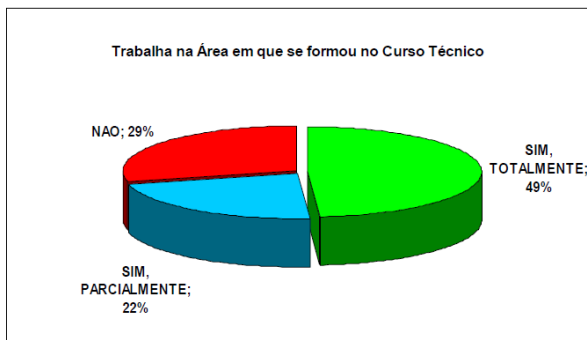
A pesquisa realizada pela SETEC, entre 2003 e 2007, com os egressos dos cursos técnicos em nível médio cria condições para avaliar o processo de inserção dos egressos no mundo do trabalho e sua trajetória nas instituições da Rede. A presente pesquisa aborda temas muito similares aos temas propostos pelo trabalho como a empregabilidade dos egressos e a avaliação quanto à formação técnica recebida.

Assim, com os dados da pesquisa da SETEC, busca-se a complementação do estudo dos egressos do IFSC-ARU, proporcionando uma visão de âmbito nacional de alguns questionamentos colocados pelo trabalho como o aumento da empregabilidade fornecida pelos cursos técnicos e o desenvolvimento de novas tecnologias.

Em relação à empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos no âmbito nacional a pesquisa da SETEC mostra que, em média, 72% dos egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de EPT no Brasil estão inseridos no mercado de trabalho. Isso evidencia a importância da formação desse segmento no país.

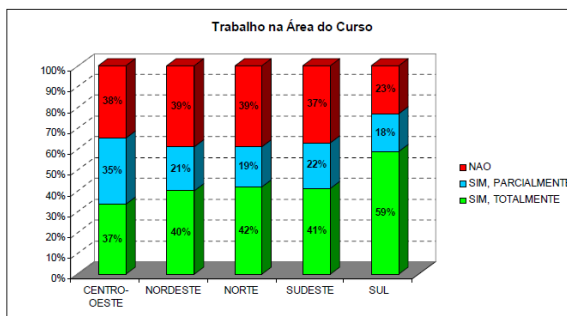
Uma informação relevante e que também é contemplada no trabalho é em relação à atuação dos egressos em áreas afins de sua formação. Neste sentido, a pesquisa nacional mostra que dos 72% que trabalham, 49% atuam na área dos cursos técnicos em que se formaram, e 22% em áreas correlatas na maioria das regiões, com exceção da região Sul, onde os dados mostram um aumento significativo dos alunos egressos que trabalham na área relacionada à sua formação nos cursos técnicos que é de 59% e 18% em áreas correlatas. Para uma melhor visualização das informações apresentam-se os gráficos 01 e 02.

Gráfico 1 - Situação dos egressos quanto a trabalhar na área de formação



FONTE: SETEC (2009).

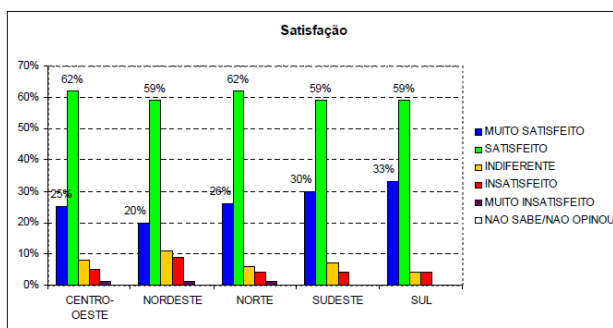
Gráfico 2 - Situação dos egressos quanto a trabalhar na área de formação por região



FONTE: SETEC (2009).

Com relação à satisfação de escolher a área do curso e suas expectativas, o Gráfico 03 mostra que a maioria dos entrevistados, 82% estão satisfeitos com a escolha do curso técnico em relação a esse tópico. Novamente, a região Sul tem um índice maior em relação à satisfação dos egressos do país, chegando a 90% na área escolhida para realizar o curso.

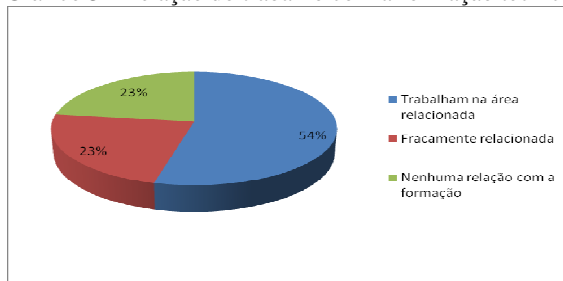
Gráfico 3 - Grau de satisfação dos egressos em relação à atividade profissional na atualidade



FONTE: SETEC (2009).

Quando comparado à relação do trabalho com a formação técnica a pesquisa nacional evidencia que dos 54% que trabalham atuam com atividades relacionadas aos cursos técnicos e 23% em áreas fracamente relacionadas com os cursos, sendo o restante 23%, em áreas sem nenhuma relação a sua formação. Para melhor sintetizar a informação é apresentado o gráfico 03.

Gráfico 3 - Relação do trabalho com a formação técnica



FONTE: Elaborado pelo autor dados SETEC

Os dados apresentados permitem um conhecimento mais amplo sobre o perfil dos egressos dos cursos técnicos na Rede Federal de EPT no Brasil, possibilitando assim subsídios para comparações entre a pesquisa nacional e a pesquisa regional, verificando o posicionamento dos índices locais em relação ao âmbito federal.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta seção está direcionada para a interpretação e análise dos dados, bem como, busca responder às questões que impulsionaram a realização do trabalho. Desta forma, serão apresentados e analisados os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa.

As tabelas e gráficos apresentados são baseados nas perguntas realizadas no questionário que foi aplicado com os egressos no mês de abril de 2013, com a expectativa de responder às questões apresentadas na proposta do trabalho. Neste sentido, buscou-se conhecer se os cursos técnicos estão proporcionando crescimento profissional aos egressos bem como, se os mesmos estão inseridos no mercado de trabalho exercendo atividades em áreas afins dos cursos. Outra questão importante a ser respondida é em relação ao potencial dos alunos quanto à aplicação e desenvolvimento de tecnologias. Por último para complementar o trabalho foi verificado se os cursos e seus currículos estão adequados à realidade das empresas da região.

O questionário foi aplicado aos alunos que ingressaram no segundo semestre de 2010, nos cursos de TEM, TMO e TMC.

Neste sentido, esta seção apresenta a forma de coleta de dados, a amostra da pesquisa e finalmente, os dados obtidos através das entrevistas, bem como, a análise e interpretação das informações para melhor entendimento do estudo.

3.1 COLETA DE DADOS

Para coleta de dados a pesquisa utilizou como base os alunos que ingressaram no IFSC-ARU no segundo semestre de 2010, nos cursos técnicos de TMO, TMC e TEM. Dos alunos que entraram nesse semestre apenas 60 concluíram o curso até o final do mês de abril (mês da realização da pesquisa). Desse total, 25 correspondiam ao curso de TMO, 08 do curso TMC e 27 do curso de TEM. A amostragem da pesquisa está evidenciada na tabela 02.

Tabela 2 - Ingressantes X Concluintes

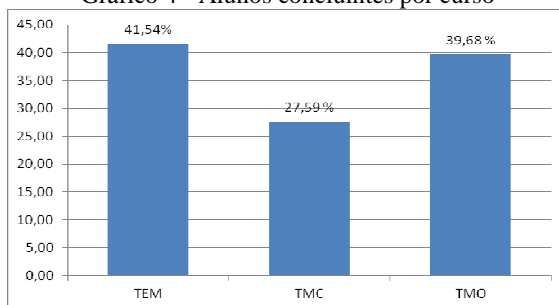
Curso	Ingressantes em 2010-2	Concluintes
TEM	65	27
TMC	29	08
TMO	63	25
Total	157	60

FONTE: Elaboração própria do autor

Conforme a tabela 02, no segundo semestre de 2010 houve um total de 157 alunos ingressantes nos cursos técnicos. Isso mostra a forte procura na região pelos cursos justificando a necessidade da inserção do IFSC na cidade de Araranguá, carente até então de uma educação gratuita de qualidade. Ainda nesta tabela destaca-se o percentual baixo de conclusão dos cursos. Essa é uma questão que deve ser estudada com maior ênfase em trabalhos futuros.

Dos três cursos o que tem melhor taxa de sucesso é o cursos de TEM com 41,54% de conclusão com êxito, seguindo do curso de TMO com 39,68% e por último o curso de TMC com apenas 27,59%. Para uma melhor visualização desse quadro apresenta-se o gráfico 04.

Gráfico 4 - Alunos concluintes por curso



FONTE: Elaboração própria do autor

Dos 60 concluintes apenas 25 responderam ao questionário o que equivale a um percentual de 41,67% dos egressos. As respostas foram obtidas na sua maioria por telefone, seguido pelo email e contato pessoal com o aluno. Dos métodos utilizados para a coleta de dados o contato

telefônico mostrou-se como a ferramenta mais eficiente para aplicação do questionário com 72% das respostas obtidas, seguindo pelo email e pela entrevista pessoalmente com aluno com 16% e 12% respectivamente.

A tabela 03 evidencia os dados referentes aos tipos de ferramentas utilizadas para coleta de dados.

Tabela 3 - Ferramentas utilizadas para coleta de dados

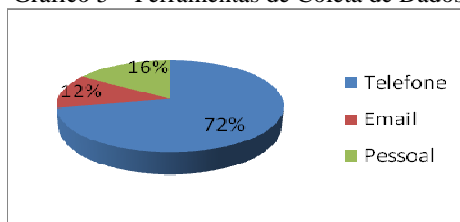
Curso	Email	Telefone	Pessoal	Total Curso
TEM	02	02	03	07
TMC	00	06	00	06
TMO	01	10	01	12
Total Geral	03	18	04	25

FONTE: Elaboração própria do autor

Um dos agravantes que levou ao baixo índice de contato com os egressos foi à defasagem nos dados do sistema acadêmico. Percebeu-se a falta de uma política de acompanhamento dos egressos no IFSC-ARU para contato com esses alunos. Neste sentido é muito importante a criação de ferramentas e até mesmo de um setor de estágios para que o aluno possa estar conectado com a instituição mesmo depois de ter concluído o curso, atualizando seus dados e contribuindo para pesquisas futuras da instituição.

O gráfico 05 apresenta os percentuais relativos aos meios de coleta de dados.

Gráfico 5 – Ferramentas de Coleta de Dados

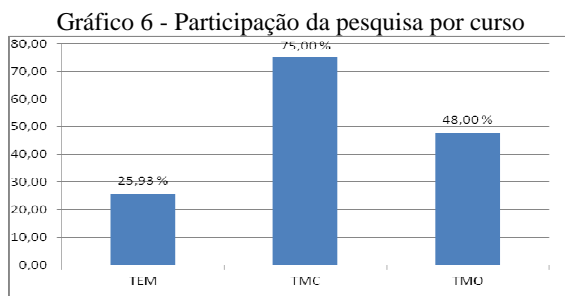


FONTE: Elaboração própria do autor

Além dos meios apresentados neste trabalho buscou-se também contato com os alunos através das mídias sociais como Facebook e

Orkut, porém não houve resposta em tempo hábil para serem consideradas na pesquisa. O curso com pior índice de respostas foi o curso de TEM onde dos 27 concluintes apenas 07 responderam o questionário correspondendo a um percentual de 25,93%, seguido de TMO 48% e TMC 75%. Além da dificuldade de contato através dos dados existentes no sistema, outro fator agravante foi à falta de interesse dos alunos dos cursos em participarem da pesquisa. Mesmo contatado muitos alunos não quiseram responder ao questionário.

Assim, os resultados demonstram também que os alunos do curso de TMC tiveram um grande interesse em participar da pesquisa dispostos a contribuir com futuras melhorias dos cursos do IFSC-ARU. Para melhor visualização da participação dos cursos em relação à pesquisa foi montado o Gráfico 06.



FONTE: Elaboração própria do autor

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Esta parte do trabalho destina-se a apresentar os dados obtidos nas entrevistas e está estruturada de acordo com os temas centrais propostos no trabalho, que são a empregabilidade, verificação do potencial de aplicação e desenvolvimento de tecnologias pelos egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU bem como adequação dos cursos ao mercado de trabalho.

Para levantamentos dos dados utilizou-se um questionário constituído de 10 perguntas. As perguntas constantes no questionário foram distribuídas dentro de 03 campos de interesse: I) Situação profissional, tratando sobre a condição de trabalho do egresso atualmente e antes da realização dos cursos; II) Verificação da contribuição dos egressos em relação ao desenvolvimento e aplicação de

tecnologias nas empresas onde estão inseridos; III) Verificação da satisfação do egresso em relação à sua formação no IFSC e em relação ao mercado de trabalho.

Essas são as principais questões que se pretende responder com a pesquisa, porém para aproveitamento de informações buscou-se outras informações adicionais relacionadas aos egressos, tais como pesquisa já realizadas no IFSC-ARU; documentos institucionais como o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como, outras fontes de informações encontradas no âmbito da instituição.

Deste modo, os dados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos procurando responder os questionamentos que levaram a elaboração dessa pesquisa tentando atingir os objetivos propostos neste trabalho.

3.2.1 Empregabilidade

Para Kops (2011), a empregabilidade suscita no indivíduo a necessidade de evoluir para um denominado estado, em razão de um grau de formação e de capacitação que asseguraram sua empregabilidade no mercado de trabalho. Nesta perspectiva, empregabilidade pode ser vista como sendo um conjunto de características do trabalhador, que permite sua inserção e permanência no mundo do trabalho.

De acordo com a tabela 04, observa-se que 60% dos estudantes ingressantes nos cursos técnicos do IFSC-ARU exerciam atividades profissionais antes de iniciar os estudos.

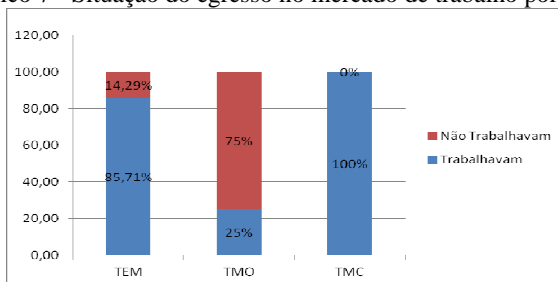
Tabela 4 - Situação dos alunos antes do curso

Curso	Trabalhavam	Não trabalhavam
TEM	06	01
TMO	03	09
TMC	06	00
TOTAL	15	10

FONTE: Elaboração própria do autor

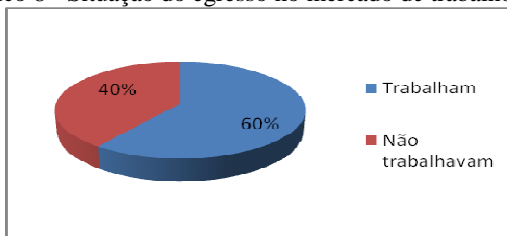
Neste sentido, o curso de TMC tem grande destaque onde 100% dos entrevistados exerciam atividades remuneradas antes de iniciar o curso, seguido pelos cursos de TEM e TMO com respectivamente 87,71% e 25%. Analisando os números dos cursos TMC e TEM, percebe-se que há um percentual alto de alunos que trabalhavam antes de iniciar o curso demonstrando que os alunos não buscam só um emprego, mas que estão buscando a capacitação para crescimento profissional. Já os dados do curso de TMO mostram que a maioria dos alunos busca a capacitação para inserção no mercado de trabalho e abertura de novas possibilidades profissionais. Essas informações podem ser visualizadas nos gráficos 07 e 08.

Gráfico 7 - Situação do egresso no mercado de trabalho por curso



FONTE: Elaboração própria do autor

Gráfico 8 - Situação do egresso no mercado de trabalho geral



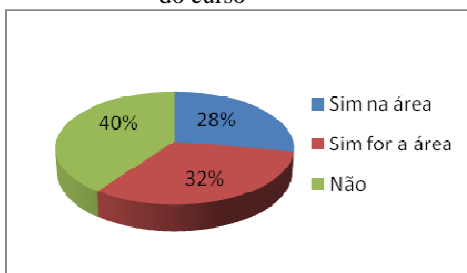
FONTE: Elaboração própria do autor

Com essas informações chega-se à conclusão de que a maioria do público que procura os cursos técnicos do IFSC-ARU não apenas almeja a inserção ao mercado de trabalho, mas também procura crescimento profissional e melhores condições de trabalho.

Para complementar a pesquisa sobre a empregabilidade o trabalho procurou saber se os alunos estavam trabalhando em áreas afins dos

curso ou em áreas diferentes antes de iniciarem o curso. Os resultados mostram que 28% dos alunos trabalhavam em áreas afins do curso, 32% trabalhavam em áreas não correlatas ao curso e 40% não trabalhavam antes de iniciar o curso. O Gráfico 08 apresentam esses dados.

Gráfico 9 - Situação do egresso no mercado de trabalho por área antes do curso



FONTE: Elaboração própria do autor

Sintetizando as informações chegamos a um resultado geral em que 60% dos entrevistados trabalhavam antes de iniciar o curso e 40% não trabalhavam. Esse resultado servirá como base para comparação com os resultados de outra pergunta que irá abordar se os alunos estão trabalhando após a conclusão do curso. Com isso espera-se a resposta para uma das questões da pesquisa que é verificar se os cursos técnicos oferecidos pelo IFSC-ARU contribuíram para uma melhoria no nível de empregabilidade dos egressos.

Na tabela 05 se apresenta os dados sobre a empregabilidade dos egressos após a conclusão do curso. Assim será possível a confrontação dos resultados permitindo que se chegue a conclusões para verificação do antes e depois. Com isso espera-se responder se os cursos proporcionaram ou não um aumento na empregabilidade dos egressos.

Tabela 5 - Situação dos alunos após a conclusão do curso

Curso	Trabalham	Não Trabalham
TEM	07	00
TMO	10	02
TMC	06	00
TOTAL	23	02

FONTE: Elaboração própria do autor

Os cursos apresentavam um percentual de 40% de alunos não inseridos no mercado de trabalho antes do curso. Com a conclusão dos cursos técnicos esse percentual caiu para 8% significando uma queda de 32% no percentual dos alunos desempregados, ou seja, após a conclusão dos cursos os alunos obtiveram um aumento significativo na probabilidade de obter um emprego na região. Com isso, conclui-se que os cursos técnicos do IFSC-ARU fornecem grandes subsídios aos alunos para inserção no mercado de trabalho chegando a um percentual de 32% de diferença em relação a quem não possui a formação técnica.

Outro fator importante observado com a pesquisa é que além do aumento de profissionais inseridos no mercado de trabalho, observou-se que houve também um aumento nos percentuais em relação aos alunos que conseguiram emprego nas áreas afins do curso conforme tabela 06.

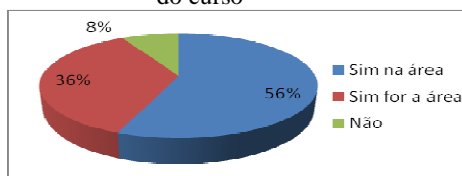
Tabela 6 - Situação dos alunos após conclusão do curso detalhado

Curso	Sim na área	Sim fora da área	Não
TEM	05	02	00
TMO	05	05	02
TMC	04	02	00
Total Geral	14	09	02

FONTE: Elaboração própria do autor

Comparando os dados em relação aos dados apresentados pelos alunos antes de iniciar o curso e depois de terem concluído o curso pode-se perceber que além dos cursos proporcionarem um aumento da empregabilidade houve também um crescimento de 28% em relação à obtenção de um emprego em áreas correlatas aos cursos técnicos e 4% em relação a outras áreas. Isso mostra o potencial desses cursos e sua valorização no mercado de trabalho. O gráfico 10 mostra a situação dos alunos em relação ao mercado de trabalho após conclusão do curso.

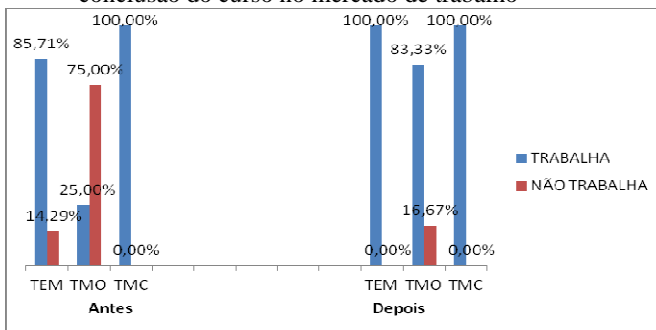
Gráfico 10 - Situação do egresso no mercado de trabalho por área depois do curso



FONTE: Elaboração própria do autor

Neste sentido, se antes o dados apresentavam um percentual de 40% de desempregados, após a conclusão dos cursos esse percentual foi reduzido a 8%. No gráfico 11 é apresentado com mais clareza a situação dos alunos antes e depois da conclusão dos cursos no mercado de trabalho.

Gráfico 11 - Comparação da situação dos alunos antes e depois da conclusão do curso no mercado de trabalho



FONTE: Elaboração própria do autor

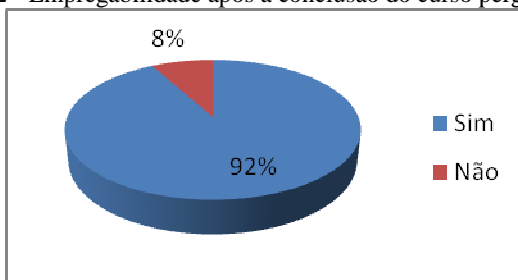
Nesta perspectiva o curso de TMO foi o curso que apresentou o melhor percentual de empregabilidade chegando a 58,33% já que houve uma grande redução do percentual dos alunos sem atividade profissional remunerada seguido do curso TEM com 14,29% e do curso de TMC que mostrou-se estável no quesito de empregabilidade.

Através dessas informações percebe-se a importância da inserção do IFSC na cidade de Araranguá. Neste sentido, o IFSC-ARU cumpre um dos seus objetivos na região que é proporcionar uma melhora na qualidade de vida da população através do fornecimento de educação de qualidade, cultura e capacidade para que o aluno esteja sempre em desenvolvimento buscando o crescimento profissional e cultural.

Quando perguntado diretamente para os alunos se os mesmos perceberam alguma diferença em relação ao antes e depois do curso no quesito empregabilidade os resultados mostram que 92% responderam que sim, obtiveram aumento na probabilidade de arrumar um emprego na região e 8% que não. Chegou-se aos mesmos percentuais relacionados a alunos que estão empregados após a conclusão do curso fortalecendo a conclusão que os cursos proporcionam aumento na

probabilidade dos egressos na obtenção de um emprego na região. No gráfico12 pode-se melhor visualizar essa questão.

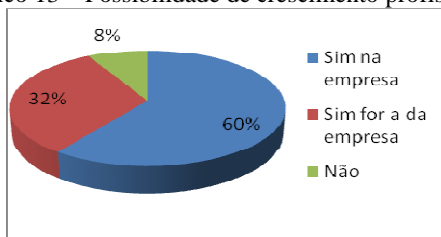
Gráfico 12 - Empregabilidade após a conclusão do curso pergunta direta



FONTE: Elaboração própria do autor

Ainda em relação aos alunos que responderam que houve um aumento na probabilidade de arrumar um emprego nas empresas da região dos 92%, 60% responderam que o curso proporcionou novas possibilidades de emprego dentro da própria empresa e 32% em outras empresas. Isso mostra que as empresas da região não só estão contratando os técnicos como também valorizando, oferecendo novas oportunidades dentro da própria empresa, possibilitando o crescimento profissional desse segmento. Isso evidencia a importância da formação de novos técnicos no contexto da região de Araranguá que é considerada uma das mais pobres do estado. Assim o IFSC vem contribuindo para crescimento da região e desenvolvimento da população. O gráfico 13 apresenta esses números de forma mais clara.

Gráfico 13 – Possibilidade de crescimento profissional



FONTE: Elaboração própria do autor

3.2.2 Tecnologia

No dicionário Priberam (2013) tecnologia é definida como “1. Ciência cujo objetivo é a aplicação do conhecimento técnico para fins industriais e comerciais; 2. Conjunto dos termos técnicos de uma arte ou ciência.”.

Segundo (FINEP, 2013), o termo tecnologia pode ser definido da seguinte forma:

[...] refere-se às técnicas, métodos, procedimentos, ferramentas, equipamentos e instalações que concorrem para a realização e obtenção de um ou vários produtos. O termo implica o que fazer, por quem, por que, para quem e como fazer. Em geral, divide-se a tecnologia em duas grandes categorias: tecnologia de produto e tecnologia de processo. As de produto são aquelas cujos resultados são componentes tangíveis e facilmente identificáveis, tais como: equipamentos, instalações físicas, ferramentas, artefatos, etc. As de processo são aquelas em que se incluem as técnicas, métodos e procedimentos utilizados para se obter um determinado produto.

Pelo fato do trabalho envolver a tecnologia em dois sentidos sendo a aplicação de técnicas e procedimentos nas empresas e também pelo desenvolvimento de novos produtos, será utilizado a segunda definição de tecnologia apresentada pelo FINEP no trabalho.

Assim os métodos, procedimentos e técnicas desenvolvidas pelos egressos nas empresas serão considerados tecnologias aplicadas. Deste modo, o termo tecnologia será utilizado com dois sentidos à tecnologia aplicada na solução de problemas como métodos, procedimentos e técnicas e a tecnologia para criação e inovação de produtos.

Sendo assim, em relação ao potencial de desenvolvimento de tecnologias que os cursos técnicos proporcionaram aos alunos, o trabalho buscou responder essa pergunta com algumas abordagens: saber se os alunos já aplicaram algum método, procedimento ou técnica que tiveram conhecimento no IFSC-ARU melhorando algum

procedimento na empresa e, se desenvolveram alguma inovação em produtos ou mesmo se criaram algum produto novo. Por fim verificou-se se a aplicação dessa tecnologia trouxe algum benefício para a empresa.

Assim, primeiramente analisou-se se os alunos já tinham aplicado algum procedimento, método ou técnica que obtiveram conhecimento no curso técnico. Com relação a essa questão 64% dos alunos responderam que já aplicaram algum procedimento, método ou técnica que tiveram conhecimento no curso nas empresas.

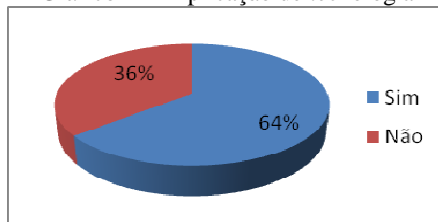
Já em relação ao desenvolvimento de produtos inovadores nenhum dos alunos entrevistados respondeu que desenvolveu algo totalmente inovador nas empresas. Na tabela 07 e gráfico 14 estão apresentados os dados referentes ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias por parte dos egressos.

Tabela 7 - Aplicação de tecnologia

Curso	Sim, Método, Procedimento	Produto Inovador	Não
TEM	07	00	00
TMO	06	00	06
TMC	03	00	03
Total Geral	16	00	09

FONTE: Elaboração própria do autor

Gráfico 14 - Aplicação de tecnologia



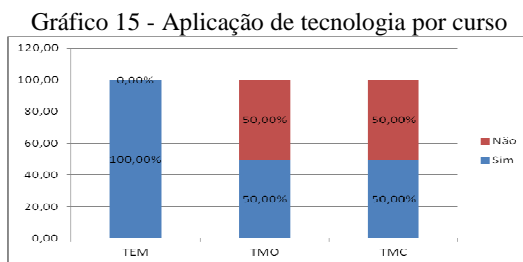
FONTE: Elaboração própria do autor

Conforme gráfico 14 o percentual de alunos que já aplicaram em algum momento algum procedimento, método ou técnica que obteve conhecimento no curso técnico do IFSC nas empresas é de 64% afirmando que sim. Assim esse procedimento foi algo novo na empresa

melhorando, de alguma forma, o serviço prestado pelo empregado. Com essa dado pode-se concluir que os cursos técnicos estão dando subsídios suficientes para os alunos atuarem nas empresas com capacidade de aplicar técnicas demandadas pelas empresas do setor industrial da região.

Um dado preocupante em relação a essa abordagem é a grande diferença na aplicação dessas técnicas entre os cursos. O que tem maior destaque é o curso de TEM onde 100% dos alunos entrevistados já aplicaram alguma técnica que aprenderam no IFSC-ARU. Já os cursos de TMO e TMC apresentam resultados idênticos entre si, com 50% dos alunos já tendo aplicado alguma técnica ou procedimento. Isso mostra que esses cursos necessitam melhor adequação de suas estruturas curriculares em relação às empresas da região.

O gráfico 15 apresenta a proporção por curso de alunos que já aplicaram técnicas desenvolvidas no IFSC-ARU nas empresas da região e que foram consideradas como nova para a empresa.



FONTE: Elaboração própria do autor

Quando questionados sobre o desenvolvimento de produtos ou melhorias nos produtos já existentes a pesquisa chegou a um dado extremamente negativo, pois nenhum aluno respondeu que criou algo neste sentido. Neste aspecto há necessidade de melhorar a formação dos alunos incentivando mais a pesquisa e inovação no campus. Esse fato é preocupante, pois além do desenvolvimento profissional e cultural, o aluno deve ser estimulado para o desenvolvimento de pesquisa. Essa pode ser uma questão relevante a ser pesquisado futuramente.

Quando questionados sobre a aplicação das técnicas nas empresas e seus benefícios, 44% responderam que a técnica aplicada resultou em um aumento na produção; 4% responderam que houve uma redução nos

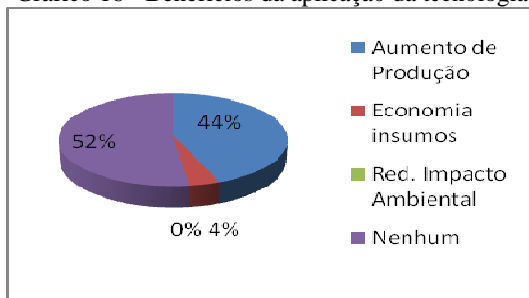
insumos e 52% responderam que não houve benefício mensurável. Esse último dado merece ser melhor estudado já que 64% dos alunos já aplicaram algo deste tipo nas empresas onde estão trabalhando porém apenas 48% tinham certeza de que essa nova técnica trouxe algum benefício para a empresa. A tabela 08 e o gráfico 16 apresentam de forma mais clara esses dados.

Tabela 8 - Benefícios da aplicação da tecnologia

Curso	Aumento de Produção	Economia insumos	Red. Impacto Ambiental	Nenhum
TEM	06	00	00	01
TMO	02	01	00	09
TMC	03	00	00	03
Total Geral	11	01	00	13

FONTE: Elaboração própria do autor

Gráfico 16 - Benefícios da aplicação da tecnologia



FONTE: Elaboração própria do autor

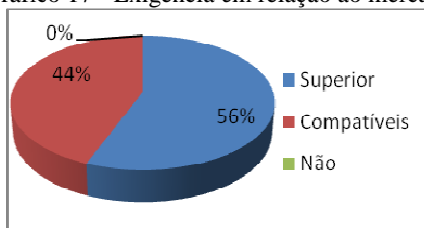
3.2.3 Adequação dos cursos em relação ao mercado de trabalho

Além das questões principais do trabalho, que visavam responder se os cursos proporcionam aumento na empregabilidade para os alunos e verificar o potencial de desenvolvimento de tecnologias nas empresas da região por parte dos alunos, verificou-se também, como dado complementar, se o nível de exigência de capacitação profissional do curso técnico correspondia as exigências do mercado de trabalho e se as estruturas dos cursos estão adequadas ao mercado de trabalho.

Neste sentido, todos os alunos responderam ao questionário que o nível de exigência dos cursos técnicos do IFSC-ARU são superiores ou compatíveis com as do mercado de trabalho da região. Desses, 56% responderam que as exigências dos cursos são superiores e 44% que são compatíveis, sendo que nenhum respondeu que as exigências dos cursos são incompatíveis com as do mercado de trabalho. Esses dados mostram que os cursos estão atuando de forma compatível com as exigências do mercado buscando ofertar conhecimentos que podem contribuir com a elevação dos processos de produção das empresas locais.

O gráfico 17 evidencia melhor essa informação.

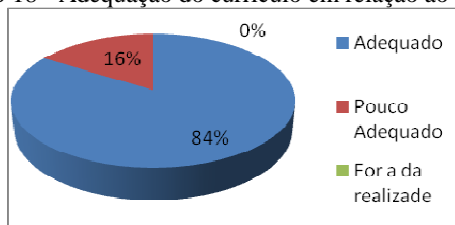
Gráfico 17 - Exigência em relação ao mercado



FONTE: Elaboração própria do autor

Quando questionados sobre a adequação do currículo dos cursos ao mercado de trabalho, 84% dos egressos acham que o currículo dos cursos está adequado às exigências das empresas onde estão inseridos, com apenas 16% considerando pouco adequado. Ponto positivo é que nenhum aluno considerou que o currículo do curso está fora da realidade do mercado da região. O gráfico 18 apresenta esta questão.

Gráfico 18 - Adequação do currículo em relação ao mercado



FONTE: Elaboração própria do autor

Assim, com os dados apresentados, conclui-se que o IFSC-ARU vem cumprindo seu papel de disseminador de conhecimento e está

proporcionando crescimento aos padrões de produção das empresas da região e, dando novas oportunidades à população pela oferta de cursos de qualidade. Um dado preocupante apresentado no trabalho é o resultado negativo no que tange à capacidade de desenvolvimento de inovação e criação nas empresas já que os cursos também possuem foco em processos voltados inovação tecnológica.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Essa parte do trabalho apresenta as conclusões sobre a pesquisa realizada e algumas recomendações que poderão auxiliar na elaboração de trabalhos futuros sobre o tema discutido, bem como, recomendações pertinentes a mudanças nos cursos estudados.

O objetivo geral do trabalho está voltado à análise dos egressos dos cursos técnicos do IFSC-ARU em relação a sua empregabilidade e ao potencial de desenvolvimento de inovações tecnológicas.

O cumprimento do objetivo geral da pesquisa exige o atendimento aos objetivos específicos propostos. Visando atingir a tais objetivos, indagou-se primeiramente sobre a empregabilidade dos egressos. Através da pesquisa, constatou-se que os cursos técnicos do IFSC-ARU proporcionaram um aumento de 32% no nível de empregabilidade dos egressos dos cursos técnicos preparando assim seus alunos para o competitivo mercado de trabalho.

A pesquisa também constatou que após a conclusão dos cursos os egressos obtiveram um aumento de 60% na oportunidade de obter crescimento profissional dentro das empresas onde já estavam trabalhando. Isso evidencia que as empresas da região estão valorizando os profissionais que buscam capacitação e reconhecem a qualidade da formação dos alunos do Instituto. Isso mostra ainda que os cursos técnicos além de aumentarem as chances dos egressos na obtenção de um emprego abrem novas oportunidades para ascensão profissional nas empresas da região.

Com relação à aplicação de tecnologia constatou-se que os cursos procuram desenvolver técnicas direcionadas para as indústrias da região. Os dados mostram que 64% dos alunos já aplicaram alguma técnica, método ou procedimento novo na empresa onde trabalha, porém em se tratando do desenvolvimento de produtos nenhum dos entrevistados participou da criação de novos produtos.

Os dados são preocupantes, pois mostram que falta ainda um grande caminho a percorrer para formação de alunos inovadores. Neste aspecto verificou-se ainda qual o benefício gerado pela aplicação da tecnologia nas empresas e constatou-se que 44% trouxeram como

principal vantagem o aumento na produção e 4% a redução no consumo de insumos.

Por fim, para complementar a pesquisa, verificou-se se o nível de exigência de capacitação profissional ministrada nos cursos correspondia às demandas das atividades profissionais exercidas pelos egressos nas empresas, bem como, se os currículos dos cursos estavam também de acordo com as exigências do mercado. Constatou-se que os cursos estão bem adequados à realidade das empresas da região, tanto no que se refere às exigências técnicas quanto ao que se refere aos currículos, sendo que nenhum aluno respondeu que os cursos ou os currículos estão inadequados à realidade das empresas da região.

Recomenda-se que os gestores dos cursos técnicos do IFSC-ARU procurem desenvolver novos métodos para incentivo dos alunos no desenvolvimento de inovações tecnológicas, principalmente, no espírito empreendedor dos egressos para que possam não somente aplicar técnicas dentro das empresas, mas que possam desenvolver produtos inovadores.

Esta pesquisa não pretendeu exaurir o conteúdo relacionado com o tema, por isso recomenda-se que outros trabalhos na mesma linha sejam desenvolvidos com o intuito de ampliar o conhecimento da realidade dos cursos técnicos, bem como, do mercado de trabalho da região de Araranguá.

As informações obtidas nesta pesquisa podem servir de base para futuras consultas e planejamento de novos cursos, constituindo-se como elemento significativo que pode nortear essas propostas, bem como, servir de base para a revisão dos conteúdos dos cursos já existentes, contribuindo para seu aprimoramento, a partir de uma abordagem de empregabilidade, aplicação de tecnologia e capacidade de inovação de seus egressos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi analisar se os cursos do IFSC-ARU estão proporcionando maior empregabilidade aos egressos dos cursos técnicos, como também verificar se os mesmos possuem potencial para aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias nas empresas da região. De forma complementar, verificar se os cursos cumprem as exigências do mercado de trabalho e por último investigar se os currículos dos cursos estão adequados à realidade das empresas da região.

Na análise dos dados ficou evidente a importância da formação técnica ofertada aos alunos da região de Araranguá através do IFSC-ARU, na perspectiva tanto de inserção dos alunos no mercado de trabalho, como também para o seu crescimento profissional.

Os dados positivos em relação à inserção no mercado de trabalho e valorização dos técnicos dentro das empresas mostram que os cursos técnicos estão dando novas oportunidades à população da região distribuindo cursos gratuitos e de qualidade fazendo que o IFSC cumpra sua missão que é “Desenvolver e difundir conhecimento científico e tecnológico formando indivíduos capacitados para o exercício da cidadania e da profissão.” (PDI, 2010).

Em relação ao desenvolvimento de tecnologias os alunos mostram-se preparados para aplicação de técnicas nas empresas, porém com pouca capacidade para criação e inovação produtos. Ficou evidente que esse aspecto merece uma reflexão e novos estudos para identificar os elementos que determinam essa limitação.

Com os dados levantados através de questionários com os alunos a pesquisa conseguiu responder aos objetivos que impulsionaram sua realização mostrando que a criação e expansão da Rede Federal de Educação e consequentemente dos Institutos federais trouxe grandes benefícios à população da região de Araranguá contemplada com uma unidade do IFSC em 2008 e que desde então vem buscando cumprir seu papel de agente articulador e promotor do desenvolvimento local e regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alcides Vieira de. Dos Aprendizes Artífices ao CEFET/SC –SC. Florianópolis: CEFET-SC, 2002.

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. Como fazer referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Biblioteca Universitária, c2001. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/framesrefer.php>>. Acesso em: 19 fev. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Lei nº 9394, de 20 de dezembro, de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 22 jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Histórico da Educação Profissional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 18 Abril 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2010. Disponível em: <<http://censosuperior.inep.gov.br/>> Acesso em: 30 Abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Expansão da rede federal. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> Acesso em: 06 Mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Expansão da rede federal. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> Acesso em: 29 Abr. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica: 2003-2010. Disponível em:

<www.ia.ufrj.br/ppgea/EIEA/versao/.../encontro%20maio-09%20II.ppt> Acesso em: 28 Abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.>

BRASIL. Senado Federal. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf>. Acesso em: 13 abril 2013.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>>. Acesso em: 12 abril 2013. planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 13 abril 2013.

BRASIL. Decreto 5.154. de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Dicionário online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/tecnologia/>>. Acesso em: 30 maio 2013.

DICSIN. Dicionário de sinônimos: termo egresso. Disponível em: <http://www.dicsin.com.br/content/dicsin_lista.php>. Acesso em: 22 jun. 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2008.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. de A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de ciências contábeis. Revista

Contabilidade Financeira – USP, São Paulo, n.37, p73-84, jan/abr.2005.

FERREIRA, Denis Lima. Governo anuncia expansão da Rede Federal de Educação. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/portal/ultimas-noticias/198-governo-anuncia-expansao-da-rede-federal-de-educacao>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. Tecnologia. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/o_que_e_a_finep/conceitos_ct.asp#indiceT>. Acesso em: 21 jun. 2013.

FONSECA, Celso Suckow. História do Ensino Industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GENEROSO, Daniel João. O Técnico em Eletromecânica Formado no IFSC Câmpus Araranguá: Competências, Conteúdos e Habilidades. 2012. 142 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2012.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. In: Trabalho e Crítica. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HISTÓRICO. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43&Itemid=37>. Acesso em: 17 abr. 2013.

KOPS, Darci. Empregabilidade e Empresabilidade em Gestão de Pessoas. Disponível em: <[http://www.castelli.edu.br/site/admin/upload/publicacoes/arquivos-artigos/57_Empregabilidade e Empresabilidade em Gestão de Pessoas](http://www.castelli.edu.br/site/admin/upload/publicacoes/arquivos-artigos/57_Empregabilidade_e_Empresabilidade_em_Gest%C3%A3o_de_Pessoas)>. Acesso em: 25 maio 2013.

LIMA, Rodrigo da Costa. A Reorganização curricular da educação profissional após o decreto n 5154/2004: Um estudo sobre o Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Araranguá. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LIMA FILHO, Domingos Leite. O Ensino Técnico – Profissional e as Transformações do Estado – Nação Brasileira no Século. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0668.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

MICHELAN, Luciano Sergio; HARGER, Carlos Augusto; EHRHARDT, Giovani. Gestão de Egressos em instituições de Ensino Superior: Possibilidade e. IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. Disponível em: <<http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. EXPANSÃO DA REDE FEDERAL. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2>. Acesso em: 29 abr. 2013.

MICHELS, Lucas Boeira. Violência Simbólica no Ensino Técnico : Um Estudo de Caso do IFSC Campus Araranguá : Competências, Conteúdos e Habilidades. 2012. 142 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2012.

MOURA, Dante Henrique. EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DUALIDADE HISTÓRICA E PERSPECTIVAS DE INTEGRAÇÃO. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT09-3317--Int.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

PATRÃO, Carla Nogueira; FERES, Marcelo Machado. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007). Disponível em:

<http://www.oei.es/pdf2/pesquisa_nacional_egresados_rede_etp_brasil.pdf>. Acesso em: 17 maio 2013.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sinstitutos.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

PACHECO, Eliezer. Enfrentando a falta de mão-de-obra. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sinstitutos.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

PEREIRA, Isabel Brasil ; RAMOS, Marise Nogueira. Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: ed; Fiocruz, 2006.

PPC/IF-SC. Curso Técnico em Eletromecânica. Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Araranguá. 2009.

PPI/IF-SC. Projeto Pedagógico Institucional. Instituto Federal de Santa Catarina – Reitoria. 2009.

PRIBERAM. Dicionário Priberam da língua portuguesa: termo egresso. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=Tecnologia>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

PRIBERAM. Dicionário Priberam da língua portuguesa: termo egresso. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=egresso>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

RODRIGUES, José. Celso Suckow da Fonseca e a sua “História do ensino industrial no Brasil”. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. , p.48-74, 04 jul. 2002.

SETEC. Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201325143049140pesquisa_nacional_de_egressos_dos_cursos_tecnicos_da_rfept.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SAKAI, M. H.; CORDONI Jr, Luiz. Os egressos da Medicina da Universidade Estadual de Londrina: sua formação e prática médica. Revista Espaço para Saúde, Londrina, v.6, dez.2004, p.34-47, 2004. Disponível em <<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude>>. (Acesso em 19 de maio de 2013).

TAVARES, Moacir Gubert. EVOLUÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: AS ETAPAS HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/pape r/viewFile/177/103>>. Acesso em: 29 abr. 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (Brasil). “O Egresso da Escola Técnica de Saúde da UNIMONTES: conhecendo sua realidade no mundo do trabalho”. Monte Carlos, 2007. 64 p. content/BD_documentos/coloquio9/IX-1107.pdf>. Acesso em: 17 maio 2013.

APÊNDICE – Questionário

Questionário para pesquisa com os alunos egressos dos cursos técnicos do IFSC Campus Araranguá oriundos do processo seletivo do segundo semestre de 2010.

ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DOS EGRESSOS DOS CURSOS TÉCNICOS DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA CAMPUS ARARANGUÁ.

Nome: _____

Ano entrada no IFSC: 2010-2.

Ano Conclusão no IFSC: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Curso:

()TMO ()TEM ()TMC

01) Após a conclusão do curso no IFSC você continuou estudando?

() Sim, na área de minha formação acadêmica.

() Sim, fora de minha formação acadêmica.

() Não.

Sim - Qual curso : _____

02) Antes de iniciar o curso você exercia alguma atividade profissional ?

() Sim, na área de minha formação acadêmica.

() Sim, fora de minha formação acadêmica.

() Não.

Não : ()Falta de oportunidade ()Falta de capacitação ()Por opção

Escrever nome da empresa que trabalhava:

03) Você está exercendo atividade profissional atualmente ?

() Sim, na área de minha formação acadêmica.

() Sim, fora de minha formação acadêmica.

() Não.

Não : ()Falta de oportunidade ()Falta de capacitação ()Por opção

Escrever nome da empresa que trabalha

atualmente: _____

04) Em seu trabalho você já aplicou alguma técnica, método ou procedimento que teve conhecimento no IFSC?

() Sim, desenvolvi algumas técnicas/procedimentos novos na empresa.

() Sim, desenvolvi um produto/equipamento inovador na empresa.

() Não.

Descrever: _____

05) Em que sentido a aplicação dessa nova tecnologia contribuiu para o desenvolvimento da empresa.

() Aumento de produção () Economia de insumos () Redução impacto Ambiental

() Outros () Não contribuiu

Descrever: _____

06) O Nível de exigência de capacitação profissional do curso técnico corresponde às do mercado de trabalho?

() As exigências do curso são superiores às do mercado de trabalho.

() As exigências do curso são compatíveis às do mercado de trabalho.

() As exigências do curso são inferiores às do mercado de trabalho.

07) Após a conclusão do curso houve aumento na probabilidade de você obter emprego nas empresas da região?

() Sim, na mesma empresa onde trabalho.

() Sim, fora da empresa onde trabalho.

() Não.

Descrever: _____

08) Como você considera o currículo do seu curso em relação à sua formação para atuação no mercado de trabalho?

() Adequado a realidade do mercado de trabalho.

() Pouco adequado à realidade do mercado de trabalho.

() Totalmente fora da realidade do mercado de trabalho.

09) Para você o que mais se destaca no IFSC campus Araranguá?

() Infra-estrutura (Laboratórios, Salas) () Professores () Pesquisa - Extensão

() Outros

Descrever: _____

10) O que você acha que pode ser desenvolvido para melhoria nos cursos do IFSC e conseqüentemente na formação dos alunos?

Descrever: _____

Data da pesquisa:

Horário:

